



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA DO TOCANTINS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

TATIANA MEDEIROS NOLETO VIANA

**SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO
EXERCÍCIO PROFISSIONAL EM EXPERIÊNCIAS DO TOCANTINS**

MIRACEMA DO TOCANTINS (TO)

2020

TATIANA MEDEIROS NOLETO VIANA

SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO
EXERCÍCIO PROFISSIONAL EM EXPERIÊNCIAS DO TOCANTINS

Monografia apresentada à UFT –
Universidade Federal do Tocantins –
Campus de Miracema para obtenção do
título de Bacharelado em Serviço Social,
sob orientação da Prof. Me. Raí Vieira
Soares.

MIRACEMA DO TOCANTINS (TO)

2020

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

- V614s Viana, Tatiana Medeiros Noleto.
Serviço Social na educação: desafios e possibilidades do
exercício profissional em experiências do Tocantins . / Tatiana
Medeiros Noleto Viana. – Miracema, TO, 2020.
84 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins –
Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Serviço Social, 2020.
Orientador: Raí Vieira Soares

1. Serviço Social. 2. Educação. 3. Exercício profissional. 4.
Desafios. I. Título

CDD 360

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

TATIANA MEDEIROS NOLETO VIANA

**SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO
EXERCÍCIO PROFISSIONAL EM EXPERIÊNCIAS DO TOCANTINS**

Monografia foi avaliada e apresentada à
UFT – Universidade Federal do Tocantins –
Campus Universitário de Miracema para
obtenção do título de Bacharela em Serviço
Social e aprovada em sua forma final pelo
orientador e pela Banca Examinadora.

Orientador: Prof. Me. Raí Vieira Soares

Data de aprovação: 05/06/2020.

Banca examinadora:

Raí Vieira Soares

Prof. Me. Raí Vieira Soares - Orientador (UFT)

Angela

Profª. Drª. Maria Helena Cariaga Silva, Avaliadora (UFT)

Sandra Oliveira Gomes Pereira

Profª. Me. Sandra Oliveira Gomes Pereira, Avaliadora (UFT)

Não é o Código de Ética que dificulta a realização do trabalho profissional. Não é o projeto-político que é ilusório ou de impossível efetivação. É a sociabilidade capitalista que não assegura condições concretas para o atendimento das necessidades humanas e dos direitos na vida cotidiana.

CFESS.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço ao Eterno, *D'us* de Israel que me sustenta e fez com que a jornada não ficasse tão pesada, sendo que sem Ele nada sou. Agradeço a toda minha família: minha mãe Marlene, meu pai Uilton, as minhas irmãs, Adriana, Larissa e Fabiana. As palavras fogem não sendo suficientes na hora de agradecer. Obrigada pelo apoio ofertado e pelas palavras de incentivo. Desculpas são necessárias pelos momentos que não pude estar presente, minha ausência não foi em vão, se fez por um bom motivo. Lembro de minha mãe que sempre me animou e não me permitiu desistir, enfatizando e fortalecendo que iria conseguir chegar a meus objetivos. Talvez nela houvesse mais certeza disso do que em mim. Sempre auxiliou cuidando dos meus filhos nas noites e nos momentos em que meu esposo não podia e em que precisava estudar ou ir à faculdade. Te amo mãe, pois você é a pessoa que mais contribuiu com a minha formação, que ajudou a construir e a concretizar este meu sonho, da minha formação.

Grata sou ao meu amado esposo, Paulo Fernando, que lutou comigo e não mediu esforços para concretização deste grande momento em minha vida. Este, por diversas vezes, pegou-me chorando, na ânsia de tudo largar, desistir mesmo. No entanto, foi nestes momentos que me acalmou com suas palavras, pois me inspirava confiança. Às vezes lia meus trabalhos para me ajudar, mesmo sem entender os conteúdos. Obrigada por cada momento que passamos juntos. Agradeço ao Eterno pelo grande ser humano que és, te amo.

Aos meus filhos queridos, Walysson e Mariah, obrigada por toda compreensão, que vocês como filhos tem tido, pois, foi doloroso e em vários momentos tive que deixá-los aos cuidados de outros em nossa casa em momentos que exigiam um cuidado mais carinhoso de mãe. No entanto, tive de me ausentar de vocês com o coração partido, pois são momentos cruéis e doloridos este que passamos. Só quem é mãe poderá compreender, mas o que me fortalecia sempre foi a vontade de dar uma vida melhor para vocês. O amor que lhes tenho é inexplicável, vocês são a razão de minha alegria.

Ao meu primogênito Walysson, peço mais uma vez desculpas pelas ausências forçadas que fui obrigada devido minhas responsabilidades na vida acadêmica, pois nem todos sabem que ele necessita de atenção dobrada, uma vez que possui Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade(TDAH). Não é fácil ter um

adolescente em casa assim, precisando de mais atenção, e às vezes, não ter suprido devidamente essa carência. Contudo, vencemos. Sempre tive muita dificuldade de aprendizagem e memorização, e durante o tratamento do meu filho, descobri ser também portadora de TDAH. A partir de então, muitas perguntas começaram a fazer sentido em minha vida e nos acontecimentos que me cercam, e me ajudam a compreender todo o meu contexto de socialização e até mesmo de aprendizagem e desenvolvimento. Achava que não finalizaria este curso em função, justamente, dessas dificuldades. Um profissional especialista em TDAH certa vez mencionou que pessoas que possuem esse transtorno, dificilmente conseguem se formar. Isso pra mim foi desestimulante. No entanto, sempre tive uma certeza comigo: “Quem não é hábil em inteligência, prevalecerá pela persistência”, e assim foi comigo, portanto, se aqui estou, no mínimo optei pela persistência e ousadia.

Muito obrigada a minha tia Daniela e sua família por todo apoio, também aos meus sobrinhos, meus cunhados, minha primas, a toda minha família pelas palavras de incentivo. As minhas amigas de longa data Santana, Jessica e Thays.

As minhas amigas que a Universidade me presenteou, Ana Paula, Eliselia, Jamilla, Joana, Cristina, Aline, Keiliane, Suziane, Ezileide, Juliana e a toda minha turma.

Ao meu querido orientador Raí Vieira, não tenho palavras para agradecer a dedicação, incentivos e paciência para comigo durante esse processo. Saiba que você contribuiu significativamente para minha formação, não apenas na elaboração deste TCC. Foi difícil, mas conseguimos. Muito Obrigada.

Agradeço minha supervisora de estágio Maria Aparecida que esteve comigo do início ao término do meu estágio. Só tenho a agradecer, pois foi um grande prazer aprender de uma pessoa tão magnífica.

A querida professora Sandra teve uma contribuição ímpar nesta pesquisa, foi a partir das aulas ministradas por ela que me encontrei nesse tema que ora trago a vós. Gratidão, você é esplêndida. Agradeço também a professora Maria Helena por compor a banca examinadora e valorosas contribuições.

Sou grata aos professores que formam o corpo docente dessa universidade, em particular aos docentes do curso de Serviço Social e alguns da Pedagogia, muito obrigada. A todos os funcionários da Universidade Federal do Tocantins.

Amplio minha alegria aos envolvidos na minha pesquisa, pela disponibilidade e contribuição com as entrevistas.

RESUMO

A presente pesquisa busca dar visibilidade aos resultados apreendidos sobre a inserção do Serviço Social na Educação apresentando os desafios e as possibilidades do exercício profissional do Assistente Social no Tocantins a partir das experiências desenvolvidas nos municípios de Miracema do Tocantins e Palmas. Os objetivos específicos consistem em apresentar os vínculos entre Serviço Social e educação; discutir a política educacional na perspectiva da questão social; e refletir sobre os parâmetros do exercício profissional do Assistente Social na política de educação. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa é de natureza qualitativa subsidiada através de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, sendo realizada através da utilização de entrevistas semi-estruturadas destinadas às assistentes sociais inseridas no campo educacional. Inicialmente apresentamos uma contextualização sobre a educação no Brasil, enfatizando também o Serviço Social e a educação e finalizamos destacando questões que envolvem o trabalho do assistente social na educação bem como os desafios e as possibilidades a partir da realidade pesquisada. Ressaltamos a importância da inserção profissional nessa área por considerar as expressões da questão social que atravessam a política educacional.

Palavras-chave: Serviço Social. Educação. Exercício profissional.

ABSTRACT

This research seeks to give visibility to the results learned about the insertion of Social Work in Education, presenting the challenges and the possibilities of the professional practice of Social Workers in Tocantins from the experiences developed in the municipalities of Miracema do Tocantins and Palmas. The specific objectives are to present the links between Social Work and education; discuss educational policy from the perspective of the social issue; and reflect on the parameters of the Social Worker's professional practice in education policy. From a methodological point of view, the research is of a qualitative nature subsidized through bibliographic, documentary and field research, being carried out through the use of semi-structured interviews for social workers in the educational field. Initially, we present a contextualization about education in Brazil, also emphasizing Social Work and education and we end by highlighting issues that involve the work of the social worker in education as well as the challenges and possibilities based on the researched reality. We emphasize the importance of professional insertion in this area, considering the expressions of the social issue that cross educational policy.

Keywords: Social Work. Education. Professional practice.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Caracterização do perfil das assistentes sociais	01
---	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRP	Conselho Federal de Psicologia
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
EAD	Educação à Distância
EAFA	Escola Agrotécnica Federal de Araguatins
ETF	Escola Técnica Federal de Palmas
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IFTO	Instituto Federal da Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
LDB	Lei de Diretrizes e Base da Educação
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PEPSS	Projeto Ético-Político do Serviço Social
PL	Projeto de Lei
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PROEST	Pró-reitoria de Assuntos Estudantis
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PT	Partidos dos Trabalhadores
REUNI	Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SERES	Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior
SUS	Sistema Único de Saúde
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
THC	Teoria do Capital Humano
UFNT	Universidade Federal do Norte do Tocantins

UFT	Universidade Federal do Tocantins
UNB	Universidade de Brasília
UNITINS	Universidade Estadual do Tocantins

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	EDUCAÇÃO NO BRASIL: SIGNIFICADO, CONTEXTO HISTÓRICO E TENDÊNCIAS ATUAIS.....	18
2.1	Educação e Luta de Classes: pressupostos de análise.....	18
2.2	O contexto histórico da Educação no Brasil.....	23
2.3	Educação na contemporaneidade: tendências e contradições.....	33
3	SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: SUBSÍDIOS PARA O DEBATE.....	41
3.1	O Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho.....	41
3.2	O Serviço Social na Educação: fundamentos e competências profissionais.....	45
3.3	Serviço Social e Educação na realidade do Tocantins: contexto regional, desafios e possibilidades.....	54
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
	REFERÊNCIAS.....	75
	APÊNDICES.....	80
	Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	81
	Apêndice B – Roteiro de Entrevista Semi-estruturada.....	84

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa que ora se apresenta utiliza como tema o debate sobre o exercício profissional do Serviço Social na política pública de educação. A definição desse tema deu-se a partir das discussões realizadas no âmbito da disciplina de “Magistério e Supervisão em Serviço Social¹”, tida assim, como uma espécie de “amor à primeira vista”, despertando o interesse de aprofundar-me o conhecimento nessa área de estudo.

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como objeto de estudo o exercício profissional do Serviço Social na educação, considerando a realidade do Tocantins. A delimitação da pesquisa consiste nas possibilidades e desafios do Assistente Social na política de educação, em particular, no ensino superior/profissional da Universidade Federal do Tocantins (UFT), campus de Miracema e no Instituto Federal do Tocantins (IFTO), campus de Palmas.

Posteriormente, elencamos a seguinte questão norteadora central: quais os desafios e as possibilidades do trabalho profissional do Assistente Social no campo da educação no Tocantins? A partir disso, surgiram outras questões: Quais os parâmetros do exercício profissional nessa área? Como se dá a discussão da política educacional diante da perspectiva da questão social? Com isso, o presente trabalho busca identificar as experiências desenvolvidas nas cidades de Palmas e Miracema do Tocantins, localizadas na região central do estado, como lócus para a realização da pesquisa de campo através das entrevistas.

A partir disso, temos o objetivo geral que busca refletir sobre os desafios e as possibilidades do exercício profissional do Assistente Social inserido no âmbito da educação na realidade do Tocantins, e, quanto aos específicos: apresentar os vínculos entre Serviço Social e educação; discutir a política educacional na perspectiva da questão social; refletir sobre os parâmetros do exercício profissional do Assistente Social na política de educação;

Assim, percebe-se, que a educação é um tema de extrema relevância e que deveria despertar nossa atenção dos mais variados meios, por tratar-se justamente, de uma concepção de educação como direito social que toda sociedade necessita, bem como, de possibilitar as condições de acesso e permanência.

¹ Disciplina obrigatória prevista no 9º período do curso de Serviço Social da UFT.

Poderíamos facilmente questionar: Como se realizaria o desenvolvimento de determinada sociedade de maneira organizada, sistemática e responsável, se esta não fosse mediada ou norteadada pela educação? Nesta perspectiva, realizaremos nossa pesquisa fundamentada nesta temática.

Neste sentido, é importante sinalizar breves considerações sobre a conjuntura educacional de nossa sociedade e suas repercussões no exercício profissional do Serviço Social, pois é um debate extremamente necessário, tanto no meio acadêmico como no exercício profissional. Apresentaremos subsídios para aprofundarmos o conhecimento nesta política que possui um baixo quantitativo de profissionais atuando no estado do Tocantins e também como uma política pública que é perpassada pelas expressões da questão social², matéria prima da profissão.

Esse estudo tem sua relevância, visto que recentemente, foi uma conquista para a categoria profissional, a aprovação do Projeto de Lei nº 13.935/2019 que dispõe sobre a prestação de serviços de assistentes sociais e psicólogos nas redes públicas da educação básica. Dessa forma, a educação se configura como mais um espaço de atuação, e, a relação entre o Serviço Social e a educação se configura como “[...] um elo para a construção da cidadania”, como defende Martins (2012, p. 11).

Em relação aos aspectos metodológicos, por estarmos vinculados ao campo das ciências sociais, nos situamos em uma análise de caráter qualitativo, propondo construir sua plena significação no campo teórico sendo exposto no corpo desta pesquisa.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade, que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de vulneráveis (MINAYO et al., 1994, p. 21-22).

No que se refere às técnicas e instrumentos de pesquisa utilizados destacamos que, conforme Gil (2008, p. 51), a pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica, porém a diferença se dá na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica utiliza-se, fundamentalmente, das contribuições dos diversos

² De acordo com Iamamoto (2015, p. 27) “Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizadora por uma parte da sociedade”.

autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um trabalho analítico, ou, que, ainda, podem ser reelaboradas de acordo com os objetivos da pesquisa.

Ainda sobre os procedimentos metodológicos, realizamos também a pesquisa de campo por meio do instrumental “entrevista semi-estruturada”, como uma técnica de pesquisa sendo um diálogo entre o pesquisador e o pesquisado para a coleta de informações, através de um roteiro que norteia as questões a serem discutidas pelos participantes (SEVERINO, 2007).

Os sujeitos da pesquisa empírica foram profissionais que têm como espaço de trabalho a política de educação no âmbito do ensino superior/profissional, contando com a participação de 02 (duas) assistentes sociais que atuam no campo da educação, envolvendo a cidade de Miracema do Tocantins e Palmas, esta última é a capital do estado. Tentamos contato com mais profissionais através de envio de ofícios para secretarias de educação do estado, porém, não obtivemos retorno.

As entrevistas foram gravadas com a permissão das participantes a partir da ciência dos objetivos e pela garantia do sigilo ético exigido nas pesquisas realizadas com seres humanos, firmado através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Este impresso fora apresentado sempre em duas (02) vias, ficando uma cópia para os entrevistados e outra para a pesquisadora. Posteriormente, as entrevistas foram analisadas e articuladas com as reflexões teóricas resultantes da pesquisa bibliográfica e documental. O roteiro de entrevista, assim como o TCLE, utilizado na presente pesquisa junto às profissionais está nos apêndices do trabalho.

O trabalho segue a seguinte exposição e estrutura. O primeiro capítulo intitulado “Educação no Brasil: significado, contexto histórico e tendências atuais” trata sobre a relação entre educação e a luta de classes, apresentando-se de forma breve os pressupostos de análise sobre a educação na contemporaneidade, e elucidando as tendências e contradições que perpassam no âmbito educacional da realidade brasileira.

O segundo, intitulado “Serviço Social e Educação: subsídios para o debate enfatiza a relação entre Serviço Social e a educação, abordando a gênese da profissão, o processo de renovação do Serviço Social, sua inserção na divisão social e técnica do trabalho, bem como, as características do Projeto Ético Político da profissão. Posteriormente, é abordada a trajetória sócio-histórica da profissão na educação, apontando os subsídios da atuação do profissional na educação. São

expostos os resultados da pesquisa empírica por meio da pesquisa de campo realizada por intermédio das entrevistas semi-estruturadas, onde, apresentam-se os resultados e as discussões. Expõe-se, brevemente, a contextualização do Estado do Tocantins e os desafios e as possibilidades de atuação do assistente social na área da educação.

Essa pesquisa leva em consideração a importância da temática discutida, principalmente, diante do contexto histórico-social da atualidade, uma vez que estamos às portas da efetiva atuação destes profissionais no âmbito da educação brasileira.

Portanto, busca-se a partir dessas contribuições, provocar os leitores a uma reflexão crítica nesse sentido. Logo, contribui-se, também, no propósito de fomentar na comunidade acadêmica e, principalmente, entre os profissionais da área – educação/Serviço Social o interesse por tal discussão. Esperamos enriquecer este debate e contribuir com as reflexões coletivas dentro do contexto educacional ressaltando-se a importância desta categoria (dos assistentes sociais) nesses espaços sempre.

2 EDUCAÇÃO NO BRASIL: SIGNIFICADO, CONTEXTO HISTÓRICO E TENDÊNCIAS ATUAIS

Inicialmente, trataremos sobre educação e luta de classes em ênfase a estrutura sistêmica do capitalismo em que nosso processo educativo é construído, apresentando suas tendências e contradições. A partir desse entendimento, da necessidade de situar a educação na sociabilidade capitalista, consideramos pertinente apresentar a trajetória e fundamentos da educação na realidade brasileira e suas características na contemporaneidade, com destaque para o lugar da educação nos anos 2000 com os governos do PT. Esse movimento é necessário para entendermos a particularidades da inserção profissional nessa política pública.

2.1 Educação e Luta de Classes: pressupostos de Análise

Pensar a educação segundo uma perspectiva marxista – ainda que Marx não tenha se dedicado a este tema – ou tendo a ótica socialista por guia, mostra-se, atualmente, e, principalmente, diante do contexto histórico vivenciado, de uma urgente necessidade, primordialmente, para que se possa entender ou compreender melhor nossa sociedade, economia e também nossa história em pleno desenvolvimento, por meio das ações efetivadas/idealizadas do sistema educacional vigente de nosso país.

Logo, é preciso compreender que o termo educação não se restringe ao que se realiza entre quatro paredes de uma sala de aula de determinada escola de uma rede de ensino qualquer - pública ou privada. Educação é antes, fruto de trabalho idealizado por pessoas que compõem determinada sociedade e, a importância ou os parâmetros que a nortearão serão, indiscutivelmente, conforme o próprio nível de desenvolvimento social a que esta mesma sociedade se encontra, e também de acordo com a forma como se desenvolvem as lutas de classes dentro de seu próprio núcleo social.

Para Marx a luta de classes representa o motor da história. Já os modos de produção de uma dada sociedade determinam a realidade social, cultural, espiritual desta mesma sociedade. O conjunto das relações de produção, distribuição e consumo constituem aquilo que denominamos de “modos de produção” (GALVÃO, 2019, p. 01).

Como vivemos numa sociedade capitalista que fomenta as desigualdades, e onde as diferenças tornam-se barreiras e os conflitos permanentes, nesse sentido, a educação passa por uma constante luta de interesses entre as classes existentes. Assim sendo, a educação é transformada num mecanismo que atua de acordo com interesses específicos dentro deste sistema capitalista. Resistir a este padrão de dominação educacional burguês é o primeiro passo na luta por nossa própria sobrevivência (GALVÃO, 2019, p. 08).

Assim, a partir da perspectiva de Marx, deduz-se que, não era seu ideal obter por meio da educação a superação plena do modo de produção capitalista, ainda que este dispensasse relevante consideração ao tema e à instituição denominada escola. Apesar de a educação ser orientadora e ideológica, em sua visão, contudo, mesmo nos meios educacionais, os homens conscientes de seus papéis na história são determinantes para uma "possível" revolução social, portanto, seu alarde seria pela não-conformação com esta realidade (GALVÃO, 2019, p. 07). Logo, o ideal seria uma:

Educação pública gratuita, compulsória e uniforme para todas as crianças, que assegure a abolição dos monopólios culturais ou do conhecimento e das formas privilegiadas de instrução. Eliminação do hiato histórico entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre concepção e execução, assegurando a todos uma concepção integral do processo produtivo. A educação tem de assegurar o desenvolvimento integral da personalidade. À comunidade é atribuído um novo e considerável papel no processo educacional, que transforma as relações entre os grupos dentro da escola e implica uma relação mais aberta entre a escola e a sociedade, pressupondo uma relação mais enriquecedora entre professor e aluno (TOM BOTTOMORE, 2004, *apud* GALVÃO, 2019, p. 07).

Um dos primeiros conceitos que deveríamos abolir é o de que a educação é resultado de ação neutra e isenta dentro de nossa sociedade. Educação pode ser tudo, menos neutra e isenta. Ela tanto influencia como é influenciada. Podendo ser tanto de forma positiva quanto negativamente. Poderá intervir segundo os motivos mais justos, assim como ser utilizada para os meios mais espúrios. Na tentativa de se obter uma educação mais justa, igualitária e humanizadora, faz-se necessário que os indivíduos que participem diretamente de sua prática, reflitam responsabilmente sobre este processo e os frutos obtidos ou pretendidos daí e, também, sobre a forma que estes recebem ou efetivam as orientações e/ou direcionamentos ideológicos a que se encontram submetidos sistematicamente pela lógica do ensino.

Diante destas argumentações, percebe-se, claramente, o brotar da luta de classes e de forma alguma podemos esperar que esse embate aconteça de forma

amistosa, pacífica e harmoniosa. Antes, se processará segundo um espírito de resistência transformadora, objetivando que a metamorfose complete o seu ciclo habitual e os indivíduos dispostos como que em “casulos” (nos recipientes postos pela educação), se desprendam das amarras ideológicas da sociedade capitalista e, possam, assim, desfrutar de determinada liberdade e autonomia, fruto resultante e que antecede à luta de classes.

Assim, por meio da educação que aí está posta se promove a alienação, a perpetuação da servidão e o estabelecimento permanente dos valores da sociedade dominante sobre a classe trabalhadora que é irremediavelmente dominada, promovendo a épica dominação burguesa sobre proletariados. Isto é, duas classes antagônicas em luta travada, onde a primeira depende da existência da segunda para perpetuar seu domínio e preservar sua existência tranquilamente, e que seria drasticamente abalada caso a segunda tencione rebelar-se contra a primeira. É na contramão desta imposição dominante o ideal de Max, ou seja, “é nas condições concretas da emancipação de uma classe, [...] que se encontra inscrita, rascunhada, dialeticamente invertida a imagem do novo homem, do homem do futuro, da sociedade futura” (GALVÃO, 2019, p. 17).

Ao analisarmos a educação de forma mais ampla, percebe-se que através desta, é possível ao indivíduo apropriar-se dos conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade, sendo este apenas um dos papéis da escola. Para que através da incorporação destes conhecimentos venha-se a habilitar/capacitar o indivíduo para atuar efetivamente no seu meio social, isto é, intervindo na sua realidade primeiro. Disto, também resulta uma mudança na atuação destes agentes sociais, uma vez que, anteriormente, ao indivíduo era imposto um roteiro subserviente e inteiramente passivo, mas, agora, tornando-se detentor destes conhecimentos por meio da escola, numa outra lógica (problematizadora e desveladora da realidade) passaria este, então, a uma prática-teórica protagonista através da influência e ação responsável exercida no foco-problema de sua realidade.

Outra questão de extrema relevância que devemos estar atentos, se deve ao fato de o capitalismo possuir, por natureza própria, um modo de desenvolvimento severo e inflexível, totalmente comprometido com o capital e com o lucro. O capitalismo só tende a aumentar o abismo entre as classes, uma vez que este se aperfeiçoa e evolui para um sistema cada vez mais cruel e injusto conforme a história segue seu curso.

A análise marxista da história – isto é, a análise dialética e materialista da história – explica que a principal força motriz da história é a necessidade da sociedade desenvolver as forças produtivas: aumentar nosso conhecimento e domínio sobre a natureza; reduzir o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir e reproduzir as condições de vida; melhorar o estilo e os padrões de vida (BOOTH, 2013, s/p.).

E, na atualidade, o desenvolvimento do capitalismo revela suas fortes garras e despeja seu “veneno” de maneira cada vez mais contundente, pois, observamos uma lógica de funcionamento essencialmente exploradora, devastadora, alienante e sistemática. Neste modelo capitalista o que importa é o lucro e exclusivamente este.

Em nossos dias, para sua efetivação plena, os meios de produção estão sendo adaptados, substituídos e sofrendo alterações drásticas, pois o que se tem visto é uma rápida e extremamente veloz substituição do ser humano pelas máquinas, uma apressada e aligeirada evolução tecnológica dos meios de produção, que tem acarretado significativamente o aumento das vendas destes tipos de tecnologias e, conseqüentemente, uma drástica redução nos postos de trabalhos ocupados pelos seres humanos, isto é, menos postos de trabalhos disponíveis aos trabalhadores. Se antes eram precisos cem trabalhadores para executarem determinada tarefa, hoje, apenas uma máquina pode fazer o mesmo trabalho destes cem trabalhadores, e isto, em bem menos tempo e a um custo bem menos elevado e contratando-se apenas um trabalhador para operar o maquinário, ao invés de cem trabalhadores. Isto, inclusive, prejudica pequenos produtores.

Marx explicou como o capitalismo, em sua fase inicial, progressista, deu um gigantesco impulso ao desenvolvimento das forças produtivas. A concorrência entre diferentes capitalistas, na busca de maiores lucros e maiores mercados, levou não somente ao crescimento extensivo – através da acumulação e da reprodução – como também ao crescimento intensivo, quando os capitalistas reinvestiram os lucros no desenvolvimento de nova maquinaria, tecnologias e técnicas produtivas. Aqueles que não podiam se manter com a aplicação da técnica e da tecnologia de ponta produzidas a custos mais altos, foram prejudicados por seus concorrentes. O fraco faliu e foi consumido pelo forte, levando ao longo do tempo a uma concentração e centralização do capital nas mãos de poucos (BOOTH, 2013, s/p).

Portanto, a tendência mundial é que este tipo de capitalismo se torne cada vez mais agressivo e presente, expandindo-se e tornando-se implacável para com o ser humano. Afinal, o compromisso do capital, como já mencionado, é com o lucro e não com a vida. Se objetiva, assim, a redução dos gastos e não o investimento em

conhecimentos pelos trabalhadores que necessitam do seu posto de trabalho. Existe aí uma apreensão, isto é:

Ao lado do “pessimismo em relação à inovação”, existe entre outros comentaristas burgueses a tendência oposta: o medo de que este rápido progresso tecnológico da era moderna pode potencialmente levar ao desemprego em massa, com máquinas substituindo trabalhadores em uma vasta gama de empregos, tanto em termos de trabalho manual quanto intelectual, particularmente com o advento das técnicas de computação avançadas, tais como máquinas que aprendem e reconhecem a voz (BOOTH, 2013, s/p).

Esta seria uma nova fase na era capitalista, demasiadamente preocupante, bem mais que as anteriores. Se pensarmos sob a ótica da luta de classes, contra este período o tempo também se constitui forte inimigo, tornando-se escasso e implacável para com a classe trabalhadora, pois, a esta são apresentados vários inimigos camuflados e extremamente perigosos num só contexto. Portanto,

A tecnologia representa elemento essencial ao desenvolvimento do sistema capitalista, desde a 1ª Revolução Industrial até os dias de hoje, destacando-se, em que pese às inúmeras fases que o sistema perpassou e sua constante habilidade de reinvenção, que a evolução tecnológica, mesmo reformulando a lógica do trabalho, não representou maior liberdade para a classe trabalhadora (PORTILHO; SOUSA 2019, p. 04).

Assim, ao refletirmos e analisarmos o processo educativo e sua relação em nossa na sociedade, percebe-se este com uma limitação propositada, condicionadora e orientadora, segundo os interesses da classe dominante, pois, a classe que produz, coordena e sustenta este processo está irredutivelmente alienada, pois necessita estar comprometida com o capital, através de sua força de trabalho, não lhe restando outra coisa a não ser isto com que deva ocupar sua mente. Comprometer-se com o capital é valorizar acima de tudo o lucro, isto é, o lucro sempre estará acima de tudo àquilo que devemos lutar para preservar, incluindo-se a sociedade, a saúde, a educação, o bem-estar, o ser humano, a natureza e até mesmo a própria vida.

Por que tantos governantes, políticos e até muitos pedagogos têm tentado melhorar as condições de vida dos excluídos a partir da educação? A resposta é simples. Teme-se uma alteração na ordem capitalista que aí está. A classe dominante não quer perder seus privilégios. Assim, tenta-se incutir na cabeça dos trabalhadores o fato de que a escolaridade lhes proporcionará o pleno acesso às riquezas e, sobretudo, a ascensão social. Os reais determinantes sociais e econômicos da miséria e da exclusão fazem parte da lógica econômica do sistema capitalista. A escola é instituição parte deste

sistema e não possui autonomia para transformá-lo. A escola apenas reproduz a ordem burguesa, seus valores e desvalores. A função da educação escolar é a de reprodução das desigualdades sociais e do modo de produção capitalista [...] (GALVÃO, 2019, p. 2-3).

E, para nós que hoje aqui estamos, restaria recorrer à educação como ponto chave inicial propondo-se nesta, uma possibilidade de abertura no indivíduo do seu senso crítico, levando-o à inconformação com tal sistema, através dos conhecimentos historicamente adquiridos e de uma prática problematizadora ativa. E, assim, contribuindo para a capacitação e irremediável confronto no âmbito das relações sociais que vivencia, lutando contra este capitalismo amedrontador que aí se apresenta, buscando soluções para os “problemas sociais” constatados na atualidade e que estão sendo criados e alimentados por este “monstro”, indiscutivelmente, como resultado direto de sua lógica.

2.2 O contexto histórico da educação no Brasil

A educação no Brasil teve seu início com a chegada dos jesuítas vindos de Portugal. Sendo estes enviados pela coroa portuguesa no ano de 1549. Os jesuítas desembarcaram em nosso território tendo como principal missão evangelizar, catequizar e converter, os indígenas que aqui habitavam, aos seus ensinamentos e práticas religiosas. Uma de suas principais era justamente a de tornar os indígenas brasileiros em cristãos católicos. Para Ghiraldelli(2014), a educação escolar no período colonial teve três fases: a de predomínio dos jesuítas; a das reformas do Marquês de Pombal, principalmente a partir da expulsão dos jesuítas do Brasil e de Portugal em 1759; e a do período em que D. João VI, então rei de Portugal, trouxe a Corte para o Brasil (1808-1821).

A educação brasileira teve seu início propriamente dito como fim do regime das capitanias. O Brasil ficou sob o regime de capitanias hereditárias entre 1532 e 1549. Tal regime terminou quando D. João III criou o Governo geral. Na primeira administração deste, com Tomé de Souza, aportaram aqui o padre Manoel de Nóbrega e dois outros jesuítas. Eles foram nossos primeiros professores (GHIRALDELLI, 2014, p. 24).

Segundo Ghiraldelli (2014), aí entra em cena Manoel de Nóbrega. Este nasceu em 1517 em Portugal, formou-se na Universidade de Salamanca (Espanha) e Coimbra (Portugal). Anos após sua formatura, optou por acompanhar a Companhia de Jesus no Brasil. Esteve na Bahia, e permaneceu por lá até o ano de 1552, após

isso indo para São Paulo, onde fundou o Colégio São Paulo na aldeia de Piratininga, e falecendo no Rio de Janeiro no ano de 1570.

Padre Manoel da Nóbrega teve papel fundamental nesse período transitório que marcaria os anos iniciais da educação no Brasil. Realizou um grande trabalho como educador, instituiu a instrução e a catequese dos indígenas e, após alguns anos, outros grupos de Jesuítas chegaram ao Brasil e se integraram aos seus projetos educativos. Segundo Ghiraldelli (2015, p. 25), desde que aportaram por estas bandas de cá “[...] os Jesuítas começaram a pensar em formar outros padres, a partir da população local. Desenvolveram as escolas de ordenação, e graças a elas, alguma instrução chegou até os colonos brancos e aos mestiços”.

Segundo consta, o padre e professor Manoel de Nóbrega construiu um plano de ensino adaptado ao nosso país onde se ensinava o Português, a doutrina cristã, a ler e a escrever. Após essa fase, o aluno iniciaria seus estudos da música instrumental e do canto orfeônico. Concluído mais uma etapa, o aluno poderia ou finalizar os estudos com o aprendizado profissional ligado a agricultura ou escolher as aulas de gramática, e, aí sim, completar sua formação.

Os jesuítas permaneceram no monopólio do ensino escolar aproximadamente uns duzentos anos desde que chegaram aqui no Brasil. Durante todo este período abriram vários colégios, sendo estes submetidos ao clérigo católico e com a intenção primária de expandir a fé católica – e que se constituía no único e exclusivo ensino existente na época – assim, os alunos de tais escolas eram obrigados também aos ensinamentos religiosos referentes à Igreja Católica ainda que estes não fossem seus objetivos pessoais e ainda que inúteis após a sua formação (GHIRALDELLI, 2015).

Segundo Ribeiro(1993), um dos principais objetivos da Companhia de Jesus constituía-se justamente na intenção de conquistar fiéis e servidores. Por meio dos estudos da catequese houve êxito na conversão dos indígenas ao catolicismo e consequentemente, sua submissão aos senhores brancos. Dentro das aldeias indígenas também havia núcleos de missionários que ali desenvolviam seus trabalhos. Determinada educação, tida por mediana, era destinada somente àqueles homens pertencentes à classe dominante da época, enquanto que as mulheres e os filhos, em sua maioria, cuidariam e seriam responsáveis pelos negócios da família. Já, em se tratando da educação superior, esta era exclusividade dos filhos dos aristocratas que almejassem tornarem-se participantes da classe sacerdotal. Para Europa, no entanto, eram mandados os restantes dos interessados e dos que tinham

posses para galgar este nível de ensino, sendo boa parte destes encaminhados para a Universidade de Coimbra. A estes estava pré-determinado após os estudos, voltar ao Brasil, pois uma vez letrados poderiam assim administrá-lo.

Este tipo de educação em muito se adequava ao momento e sobreviveu todo o período colonial, imperial e republicano, sem sofrer modificações estruturais em suas bases. Tanta foi a influência jesuítica, que, no período colonial media-se a posição social do indivíduo pela quantidade de terras, número de escravos e títulos que o indivíduo recebera dos colégios católicos. Concluímos, então, que este tipo de educação sobreviveu e permaneceu, porque reforçava o sistema sócio-político e econômico da época (RIBEIRO, 1993, p. 16).

Desta forma, a educação jesuítica fortalecia os detentores de grandes riquezas protegendo seus interesses, resguardava o poder controlador da religião e condicionava os indígenas por meio do ensino, para fins específicos, estando estes, a partir dos jesuítas, submetidos à Igreja e aos grandes proprietários de terras e também dos grandes produtores.

Para Ribeiro (1993), nesta época, o sistema de ensino basicamente estabelecia marcos e objetivos visando à expansão da fé e geração de mão de obra escravocrata, e, ainda por cima, interferia na cultura local dos povos agora em processo de domesticação. Tudo isto contribuía para perpetuar o sistema socioeconômico e político característico da época, isto é, um sistema de expansão, povoamento e exploração em nome do desenvolvimento. Assim, temos um ótimo referencial ao adágio defensor de que “os meios justificam os fins”.

Contudo, as coisas começaram a tomar novos rumos, e de acordo Hilsdorf (2011), Sebastião José de Carvalho Melo, o Marquês de Pombal, diplomata e primeiro ministro português foi chamado para ser ministro do rei D. José I. Este defendia o absolutismo como melhor forma para governar uma nação, e permaneceu como ministro de 1750 a 1777. No ano de 1759, Pombal vai editar um apanhado de medidas para destituir um total de 500 jesuítas de seus cargos dos setores administrativos e construir novas práticas culturais e pedagógicas nas instituições e no dia a dia da população. Segundo este autor, a ilustração pombalina visava construir um moderno império português, daí a ênfase ao estudo da gramática da língua portuguesa, que a partir daí passa a ser ensinada nas aulas de latim. Essa medida ocasionou para a colônia a proibição de falar a língua geral, o tupi.

No caso das aulas elementares para meninos, criadas em 1772, além da ortografia, da gramática da língua nacional e da doutrina cristã, seus professores deveriam ensinar a história pátria (e não apenas a história sagrada, como era praxe), a aritmética aplicada ao estudo de moedas, pesos, medidas, e frações e, ainda, as normas de civilidade, visando a formação do homem polido, isto é, civilizado, “ordenado” segundo os costumes sociais, como era de uso em colégios e escolas de toda a Europa. Para as lições de doutrina cristã foi impresso o *Catecismo* da diocese de Montpellier, trazido pelo Bispo de Évora (1765), texto, aliás, condenado por Roma sob a acusação de jansenismo, mas que, tendo uma orientação regalista, era amplamente aceito no período pombalino (HILSDORF, 2011, p. 21).

Segundo Ribeiro (1993) as reformas pombalinas causaram uma queda no nível do ensino e os reflexos desta reforma são sentidos até os dias de hoje, visto que ainda temos uma educação voltada, indiscutivelmente, para o Estado e os seus interesses.

Em 1823, institui-se no Brasil o Método Lancaster, visando inicialmente suprir a carência de professores da rede de ensino. Este método de ensino era mútuo, isto é, o aluno treinado ensinava um grupo em média de dez alunos sob a vigilância constante de um inspetor. No ano de 1826 um Decreto instituiu quatro graus de instrução: Pedagogias (escolas primárias), Ginásios (ensino fundamental), Liceus (ensino médio) e Academias (ensino superior). Em 1827 propõe-se a criação de Pedagogias em todas as cidades e vilas através de um projeto de lei, que previa também o exame para a seleção de professores. Assim, para sua nomeação este deveria ser aprovado e ainda propusera-se a abertura de escolas específicas para meninas. Devido a isto, nos anos de 1835 surge a primeira escola Normal do país em Niterói. Contudo, o território brasileiro era por demais extensos e as decisões, principalmente as envolvendo a educação, geravam um resultado desanimador. O Ministro Paulino de Souza em seu relatório à Câmara no ano de 1880 lamentava o caos e o abandono da educação no Brasil. Ruy Barbosa em 1882 sugeria a liberdade do ensino, defendia o ensino laico e também a obrigatoriedade de instrução. Ribeiro (1993) enfatiza que a estrutura da educação Imperial era composta por três níveis. Com relação à sequência do primário ao superior, pode-se afirmar o seguinte:

Quanto ao ensino primário continua sendo um nível de instrumentalização técnica (escola de ler e escrever), pois apenas tem-se notícia da criação de “mais de 60 cadeiras de primeiras letras”. Tem sua importância aumentada à medida que cresce o número de pessoas que veem nele, não só um preparo para o secundário como também para pequenos cargos burocráticos. Quanto ao ensino secundário permanece a organização de aulas régias, tendo sido criadas “pelo menos umas 20 cadeiras de gramática”. Essas cadeiras e as de matemática superior em Pernambuco (1809), a de desenho e história em Paracatu (MG-1821) integram-se a um conteúdo de ensino em vigor desde a época jesuítica (RIBEIRO, 1992, p. 41).

O ano de 1837 é marcado pela criação do Colégio Dom Pedro II, onde se desenvolvia o Seminário de São Joaquim no Rio de Janeiro, objetivando torná-lo modelo pedagógico exemplar para o curso secundário. No entanto, o colégio e a sua direção não conseguiram organizar-se até o fim do Império para atingir tal objetivo. Segundo consta, historicamente, até a Proclamação da República no ano de 1889, quase nada se fez de concreto pela educação brasileira durante este longo período (RIBEIRO, 1993).

A autora também aponta que na década de 1920, houve no Brasil um grande entusiasmo geral pela educação e uma fase fértil de otimismo pedagógico. A escola estava sendo vista como um dos mais importantes sistemas sociais brasileiros. A escola primária se transformava na principal preocupação de inúmeros educadores, pois, procurava-se mostrar o significado pleno e aprofundado da democracia na educação primária, enxergando nesta o meio pelo qual a transformação social poderia tornar-se verdadeira, concreta, efetiva.

A escola primária ficava organizada em duas categorias, isto é, de 1º Grau para crianças de 7 a 13 anos e de 2º Grau para crianças de 13 a 15 anos. A secundária tinha a duração de sete anos. No nível superior afetou o ensino politécnico, o de direito, o de medicina e o militar. Quanto à escola de Minas, nem chegou a ser colocada em execução (RIBEIRO, 1992, p. 69).

O forte otimismo pedagógico começava a entusiasmar governos estaduais Brasil a fora, resultando disto uma série de reformas de ensino. Sendo neste mesmo tempo que chega ao Brasil os ideais da Escola Nova. Entre a população brasileira, por exemplo, no ano de 1900 havia acerca de 75% de cidadãos analfabetos, conforme consta no Anuário Estatístico do Brasil do Instituto Nacional de Estatística.

Um das intenções era tornar os diversos níveis de ensino “formadores” e não apenas preparadores dos alunos; com vistas ao ensino superior. [...] outra intenção era fundamentar esta formação na ciência, rompendo com a tradição humanista clássica [...] a predominância literária deveria ser substituída pela científica e, para tanto, foram introduzidas as ciências, respeitando-se a ordenação, matemática, astronomia, física, biologia, sociologia e moral (RIBEIRO, 1992, p. 69).

O que se comprova é o jogo de forças opostas enraizado no sistema educacional brasileiro. De fato, apesar de todo e qualquer esforço pretendido as mudanças efetivas foram raríssimas. Determinadas classes da sociedade— os

conservadores aliados a determinados grupos– conseguiram perpetuar os seus objetivos dentro do processo educativo.

No ano de 1930, foi criado por Getúlio Vargas o Ministério da Educação e Saúde Pública, visando cuidar especificamente dos assuntos relacionados à educação e à saúde no país. E, no ano de 1931, foi implementada a Reforma Francisco Campos, organizando de forma efetiva o ensino secundário e superior no Brasil. É de se destacar também o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, que lutava por uma série de propostas idealizadas por importantes educadores da época, tendo à frente deste movimento o professor Fernando de Azevedo e objetivando a melhoria da educação no Brasil.

A atuação do novo governo na educação não se restringiu aos decretos de Francisco Campos. O novo governo tentou ser provocativo no âmbito da disputa das ideias pedagógicas. Na época, tínhamos a Associação Brasileira da educação (ABE) tentou ser provocativo, nascida em 1924. Ela era responsável pela organização, promoção e realização de congressos bastante concorridos. Em uma dessas reuniões, a IV Conferência Nacional de Educação, promovida pela ABE em 1931 [...] Getúlio Vargas e o Ministro Francisco Campos estiveram presente em discurso convocando educadores para definirem o “sentido Pedagógico da Revolução”. Um ano depois ocorreu a V Conferência Nacional de Educação, cujo objetivo era a discussão de um “Plano Nacional de Educação” (GHIRALDELLI, 2015, p. 40).

Segundo denota Ribeiro(1993), na Constituição Federal de 1937 é válido ressaltar a permissão que, até hoje vigora, de que o ensino fosse ofertado por instituições – públicas e/ou particulares – assim como determinou a obrigação da oferta apenas do ensino primário. Toda esta mudança evidencia, de forma nítida, que uma formação mais intelectual era exclusividade para ricos e o trabalho mais braçal deveria ser uma preocupação ou direcionamento dado as classes mais pobres. Temos, portanto, uma dicotomia na educação bem salientada em Vargas.

A tendência centralizadora parecia ser um perigo a ser atacado diante da experiência anterior do Estado Novo, caracterizado como uma ditadura baseada numa ideologia de direita (fascismo). Dessa forma a centralização era identificada, pelas correntes contrárias, com uniformização ou estatização, os educadores de “ideias novas” eram contrários a esta tendência em função de princípios pedagógicos, uma vez que acreditavam no processo educativo como um processo onde as adaptações às diferenças regionais e individuais exigiam a descentralização (RIBEIRO, 1992, p. 130).

A política populista de Vargas incomodava alguns interesses particulares, e ainda por cima a censura e o autoritarismo absolutista de Vargas passaram a ser fortemente questionados. Tudo isto, influenciou nos meios elitistas e militares, que

almejavam, agora, uma transição do poder centralizador para o democrático. Ciente disto, Vargas decretou no ano de 1945, o que ficou conhecido por Ato Adicional, isto é, uma emenda constitucional estipulando a data da próxima eleição presidencial, assim, também, inicia-se a organização dos partidos políticos para disputar o pleito. O ponto de partida para o fim do governo ditatorial se dá quando Vargas demite João Alberto, chefe da polícia do Distrito Federal, substituindo-o por Benjamin Vargas, seu irmão. Essa interferência provocou nos militares a revolta sufocada contra seu governo e obrigaram-no a abandonar a presidência do Brasil.

No texto da constituição de 1946, volta mais uma vez a educação como direito de todos brasileiros. A vinculação de recursos para a educação é outro ponto relevante, “estabelecendo que a União devesse aplicar nunca menos de 10% e Estados, Municípios e Distrito Federal, nunca menos de 20% das receitas resultantes dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino – Art. 169” (VIEIRA; FARIAS, 2007, p. 113).

De acordo o Ministério da Educação (2019) em 1948, durante o governo de Dutra, foi apresentado a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) pelo Ministro da Educação em exercício. Havia entre os grupos envolvidos neste conflito duas visões acerca das polêmicas envolvendo a LDB: uns defensores do ensino privado (empresários e a Igreja Católica) e outros defensores do ensino público (como Anísio Teixeira e Florestan Fernandes).

Durante a Ditadura Militar ocorrida no Brasil, que teve seu início em 31 de março de 1964, temos o desenvolvimento de um sistema educacional marcado pela ausência de diálogo generalizado entre os envolvidos neste processo e o Estado. De acordo com esta visão militarizada, entendia-se que o desenvolvimento pleno e melhorado da economia brasileira com base em suas indústrias dependiam inteiramente de uma relação direta destes mesmos interesses atrelados à ótica do ensino educacional. Com base nesta mentalidade, foi adotado no Brasil a Teoria do Capital Humano (THC) que seria um conjunto de habilidades e capacidades conquistadas pelo indivíduo determinando que para que este obtivesse um valor econômico maior, seria considerado somente as suas capacidades adquiridas e que se relacionavam diretamente ao interesse do mercado de trabalho. Nisto, a educação passou a assumir um caráter estritamente técnico, profissionalizante e, por consequência, imediatista, sendo esta, a partir daí, apenas provedora dos meios pelos quais o sistema produtivo e capitalista teria suas carências e necessidades supridas.

Objetivando-se como meta final, sempre e indiscutivelmente, a preservação e ampliação do capital (FREITAS, 2009).

O quadro é bastante diferente no caso das capacidades adquiridas que têm valor econômico. A formação e manutenção dessas capacidades são análogas à formação e manutenção do capital humano reproduzível. Essas capacidades, evidentemente, são sujeitas à depreciação e obsolescência. Além disso, a distribuição e o nível das capacidades adquiridas podem ser alterados significativamente durante o período de tempo que é relevante para a análise econômica. Historicamente, elas têm sido alteradas profundamente nos países que desenvolveram uma economia moderna (FREITAS, 2009, p. 274).

Pautados por este viés, o tecnicismo ganha forças no Brasil militarizado e ditatorial, pois as reformas educacionais realizadas neste regime, por exemplo, a veio através da Lei nº 5.692/71, começa a fomentar a necessidade de mudanças no processo das políticas envolvendo a educação. Com a reformulação do ensino de 1º e 2º graus propostas e somente a profissionalização do estudante de ensino de 2º grau é priorizada. Algumas disciplinas importantes foram retiradas dos currículos de ensino, fazendo com que a possibilidade do pensamento crítico, reflexivo e autonomia por parte do alunado não fossem alimentados, antes reprimidos.

A retirada do currículo das disciplinas História e Geografia, substituindo-as por Estudos sociais e Educação Moral e Cívica, ministradas com base em manuais que eram, na realidade, canais de comunicação dos repertórios políticos governamentais, demonstrava a projeção idealizadora de um futuro trabalhador invulnerável aos apelos da luta política e por democracia (FREITAS,2009, p. 282).

Anteriormente, já haviam sido firmados alguns acordos com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) que aqui serão determinados como Acordos MEC-USAID, isto é, um grupo diretamente ligado à classe dominante brasileira, que valendo-se de sua posição econômica, promoveriam seus interesses em terras brasileiras. Assim influenciavam as políticas educacionais segundo seus interesses e, essencialmente, visando atender as demandas do mercado de trabalho que estava em expansão e que necessitava ser alimentado através de profissionais habilitados e capacitados. Houve também a extinção dos exames de admissão, sendo um sistema avaliativo excludente que ao ser retirado, acarretou numa alta demanda de novos alunos em um curto prazo de tempo em instituições despreparadas e sem estrutura nenhuma para recebê-los. Diversas fontes

afirmam, ao fazerem comparações que se no ano de 1965 se registravam 11,6 milhões de matrículas no ensino fundamental, em 1970 este número saltou para 15,9 milhões de matriculados, conforme se encontra registrado nos dados do (IBGE, 2010).

A falta de docentes habilitados e suficientemente capacitados para atender a esta nova demanda, atrelando-se isto ao fato do direcionamento profissionalizante estabelecido, agora, para o ensino de 2º grau, fizeram com que o professor se encontrasse sobrecarregado, pois, estava sendo obrigado a ampliar sua jornada de trabalho e aceitar a diminuição de valores no seu contracheque. Não bastasse a falta de estrutura do ensino público e a alta demanda de novas matrículas, o regime militar retirou da União e dos Estados a responsabilidade direta pelos investimentos em educação e estrategicamente repassou para os municípios a responsabilidade dos investimentos neste âmbito. Saviani (2008, p.298) expõe esta relação:

A Constituição de 24 de janeiro de 1967, baixada pelo regime militar, eliminou a vinculação orçamentária constante das Constituições de 1934 e de 1946, que obrigava a União, os estados e os municípios a destinar um percentual mínimo de recursos para a educação. A Constituição de 1934 havia fixado 10% para a União e 20% para estados e municípios; a Constituição de 1946 manteve os 20% para estados e municípios e elevou o percentual da União para 12%. A Emenda Constitucional n. 1, baixada pela Junta Militar em 1969, também conhecida como Constituição de 1969 porque redefiniu todo o texto da Carta de 1967, restabeleceu a vinculação de 20%, mas apenas para os municípios (artigo 15, § 3º, alínea f).

É fato concreto, com base nestas informações, que a qualidade da educação não era e nunca foi prioridade dentro da lógica do regime militar, pois todos os direcionamentos, projetos e medidas só desvalorizavam o sistema de ensino e o rebaixavam ainda mais, indo para mais baixo do nível em que já se encontrava.

Enquanto nas escolas públicas os alunos de ensino de 2º grau eram direcionados ao mercado de trabalho através de políticas e métodos profissionalizantes, no ensino privado os alunos mantiveram o direcionamento ao ensino universitário e intelectual. Desta feita, se constata que o ensino médio, deveria atender à população e o universitário, prioritariamente, satisfazer às elites. Com isto, se inibia a ascensão da população mais carente de recursos financeiros ao ensino superior e atendia-se aos interesses do mercado econômico em busca de mão de obra, porém, isto resultava na exclusão desta mesma população ao ensino intelectual e superior, observe:

A sociedade capitalista é baseada na propriedade privada dos meios de produção. Se os meios de produção são propriedades privadas, isto significa que são exclusivos da classe dominante, da burguesia, dos capitalistas. Se o saber é força produtiva deve ser propriedade privada da burguesia. Na medida em que o saber se generaliza e é apropriado por todos, então os trabalhadores passam a ser proprietários de meios de produção. Mas é da essência da sociedade capitalista que o trabalhador só detenha a força de trabalho. Aí está a contradição que se insere na essência do capitalismo: o trabalhador não pode ter meio de produção, não pode deter o saber, mas sem o saber, ele não pode produzir, porque para transformar a matéria precisa dominar algum tipo de saber. Sim, é preciso, mas em “doses homeopáticas”, apenas aquele mínimo para poder operar a produção (SAVIANI, 1994, p. 160-161).

As exigências eram cada vez mais excludentes com relação ao grau de ensino requerido pelo mercado. Cada dia à frente, uma instrução maior e melhor, criando-se barreiras aos menos instruídos. Os alunos que passaram a ser profissionalizados por estas diretrizes não lograram êxito após sua formação, uma vez que não havia vagas suficientes e o mercado sofria devido à dependência cada vez maior de capital estrangeiro.

Estas medidas e direcionamentos dados à educação durante este período só fomentaram e alicerçaram cada vez mais a expansão da iniciativa privada no ensino. Se o Estado não consegue oferecer ensino de qualidade, sem estrutura mínima e sem ingredientes extremamente necessários à elite, àqueles que correspondam aos seus interesses, cabe a esta suprir suas carências por meio da iniciativa privada. Contudo, isto só intensifica e amplia ainda mais o abismo existente entre o ensino público de má qualidade ofertado às massas e o ensino privado de caráter elitista.

2.3 Educação na contemporaneidade: tendências e contradições

Após a ditadura militar, que se iniciou em 1964 e findou-se em 1985, nascia um partido político brasileiro, mais conhecido por Partido dos Trabalhadores (PT). Fundado em 1980, tornou-se um dos maiores e mais importantes movimentos de esquerda e de centro-esquerda da América Latina. Este é reconhecidamente um partido de massas, com poder de mobilização enorme, oriundo das lutas populares e da classe operária que lutava por melhores condições de vida, oportunidade de condições de trabalho dignas e salários mais justos.

Este se propunha a ser, pelo menos inicialmente, um partido político diferenciado e prometendo não repetir os erros cometidos pelos outros partidos de esquerda em fracasso à época, e que estavam ligados a uma visão mais radical de

socialismo e que naufragaram em seus objetivos. Assim, rapidamente galgou patamares invejáveis no campo político: aumentando significativamente o número de cadeiras nos governos (municipal, estadual e federal), passando a assumir prefeituras, governos estaduais e, chegando, inclusive, ao alto posto do governo federal, a Presidência da República no ano de 2003, elegendo Luiz Inácio Lula da Silva para o alto posto da nação.

No entanto, ao mesmo tempo em que crescia e expandia suas ações político-partidárias, na mesma proporção, passara a se distanciar dos movimentos de massas e a negligenciar sua própria identificação e relação com a classe proletariada, quase como que negando o berço onde tinha nascido. Assim ocorreu esta transformação político-ideológica nas entranhas do partido. Inicialmente popular, comprometido com a classe dos trabalhadores, mas que, com o decorrer do tempo e segundo algumas diretrizes e posicionamentos grande capital, altera sutilmente na essência sua postura, passando a flexibilizar os objetivos anteriormente pretendidos.

A figura conhecida por Lula, Luiz Inácio Lula da Silva do PT, assumiu a presidência pela primeira vez após inúmeras tentativas frustradas, afinal, o êxito eleitoral ocorreu somente em 2002. Antes disso, ele amargou três derrotas políticas: 1989, 1994 e 1998. Analisando estes fatos, percebe-se, historicamente, que o Partido dos Trabalhadores (PT) foi se rendendo e abraçando aos poucos a ideologia neoliberal ³, pois todos seus adversários que saíam vencedores estavam comprometidos com o capital. Logo, não restaria outra coisa se almejasse, de fato, sair vitorioso nas eleições, isto é, teria de ceder concessões ao capitalismo. A cada derrota ia cedendo espaço à lógica capitalista e, assim, ponderava obter apoio significativo das classes avessas aos movimentos dos trabalhadores e como consequência inevitável lograria êxito à ascensão presidencial ao adaptar suas convicções ideológicas.

Uma das provas cabais desta metamorfose na estrutura ideológica do PT com relação aos seus objetivos sendo adaptados aos planos do mercado financeiro,

³O neoliberalismo resgata as teses do liberalismo clássico para a contemporaneidade. Alimentado pela teses de David Ricardo e, sobretudo de Adam Smith, que formula a justificativa econômica para a necessária e incessante busca de interesse individual, introduz a tese que vai se cristalizar como um fio condutor da ação do Estado Liberal: cada indivíduo agindo em seu próprio interesse econômico, quando atuando junto a um a coletividade de indivíduos, maximizaria o bem-estar coletivo. É o funcionamento livre e ilimitado do mercado que asseguraria o bem-estar. É a “mão invisível” do mercado livre que regula as relações econômicas e sociais e produz o bem comum (BERHRING; BOSCHETTI, 2011 p. 56).

encontra-se registrada na “Carta ao Povo brasileiro”, elaborada durante a campanha de 2002 pelo então candidato à presidência Luiz Inácio Lula da Silva, do PT.

Lula mostra estar disposto ao diálogo e à negociação com as diferentes camadas da sociedade brasileira, indicando que seu novo modelo de desenvolvimento “será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social” [...], segundo ele, uma aliança suprapartidária. Aponta ter o apoio de líderes populares, intelectuais, artistas, religiosos, de políticos e do empresariado, todos de diferentes matizes ideológicos, mas unidos em torno de sua candidatura (MACHADO, 2013, p. 177 apud SOARES, 2018, p. 61).

Trata-se, neste documento, de firmar compromissos com a estabilização econômica e também política, visando-se, é claro, aumentar a competitividade do Brasil no mercado internacional, entoadado num clássico discurso prático, o que em outros termos significa: "se não podemos vencê-los, nos juntemos a eles!".

Em seu governo, contudo, Lula destacou-se por conseguir agradar as massas, primordialmente, os mais pobres dentre as classes mais desfavorecidas, e sobressaiu-se, também, através de programas sociais como o Programa Bolsa Família.

Se os aspectos econômicos da administração Lula merecem restrições, existe a opinião generalizada de que estas são largamente compensadas pelos significativos avanços obtidos na área social. Avanços que tiveram início no governo do seu antecessor, que ele consolidou, tendo como carro-chefe o Bolsa-Família (MAGALHÃES, 2010, p. 29).

Como isto não representa diretamente perigo ao capital, a burguesia ainda permitia que se executassem tais programas, uma vez que eram mínimos estes valores, principalmente, se comparados com a alta lucratividade e rendimentos mantidos e reforçados por inúmeras políticas que beneficiavam os grandes produtores, banqueiros e capitalista de um modo geral.

Contrariando as expectativas otimistas da época, o primeiro mandato do Presidente Lula não rompeu com o neoliberalismo, repetindo fielmente as linhas básicas de política econômica de seu antecessor, com iguais resultados em termos de baixo incremento do PIB (MAGALHÃES, 2010, p. 21).

De maneira bem sucinta, o governo Lula provocou uma redefinição relevante na composição da burguesia no poder, ampliando e dando novo fôlego ao neoliberalismo, inclusive, resgatando-o da crise em que permanecia proveniente, ainda do último mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Lula e as

políticas que adotara trouxeram para a base de apoio governista parte considerável da burguesia interna e aquelas relativas à exploração do agronegócio, esquecidas ou menosprezadas no governo anterior de FHC. Conseguiu também cativar as classes mais pobres da população. Já os trabalhadores organizados continuavam sendo tratados da mesma forma: desvalorização salarial, altas taxas de desemprego, retirada de direitos previdenciários do setor público e privado. Assim, não produzia nada de novo e transformador, além de permitir perpetuarem-se as injustiças e opressões, características bem marcantes, experimentadas pela classe dos trabalhadores, os proletariados (MAGALHÃES, 2010).

Analisar estas questões é, constatar que desde o governo Collor, eleito em 1989, o "populismo neoliberal" foi germinado em nossas relações e alimentado, sem exceções, por todos os seus sucessores. As altas taxas de desemprego, o mundo do subemprego e a quantidade de trabalhadores que vivem na informalidade são os mais tristes índices da realidade de milhões de trabalhadores país a fora. Na contramão disto, temos os trabalhadores assalariados ou regulamentados exercendo sua profissão, contudo, sendo extintos seus direitos fundamentais um a um, onde revela-se verdadeira face da política neoliberal.

Aderir a esta política ideológica tem suas consequências irremediáveis, pois favorece aos grandes capitalistas ainda que beneficie minimamente as classes mais desfavorecidas da população, e isto, gerando estranhamento e incompreensão entre as classes, pois, ainda que obscuramente, estes são capazes de captar que por vezes seus mínimos direitos são tratados como privilégio pelas classes opressoras.

Em se tratando da educação de nível superior temos reflexões relevantes a serem feitas. A expansão deste sistema de ensino deu-se no governo de FHC, contudo, em âmbito estritamente privado⁴, uma vez que nenhuma universidade pública foi criada ou estabelecida em seus anos de governo. Mészáros (2008, p. 27) defende que “[...] é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente”.

⁴Também podemos observar que houve um decréscimo na quantidade de estabelecimentos públicos de educação no período de 1997 a 2002, apresentando uma grande contradição na educação superior, pois houve uma grande expansão no setor privado, que certamente ocorreu em decorrência das políticas públicas desenvolvidas pelo governo FHC. Assim, ao observarmos os dados do INEP para 2002 (BRASIL, 2003), identificamos que, no conjunto de 1859 instituições de educação, 1652, ou seja, 88,9% são privadas. (GENTIL; LACERDA, 2017, p. 5)

Já no governo Lula, temos uma vasta expansão das universidades públicas, mas também um alargamento cada vez maior das instituições privadas, além de programas e incentivos que redirecionavam recursos da rede pública para a privada, fortalecendo-a mais e mais. A expectativa, no entanto, era contrária a mercantilização do ensino superior e a privatização das universidades públicas, originadas no governo FHC. Porém, no governo petista, a lógica continuou e se enraizou, sendo submetida à mercantilização através das privatizações.

As determinações gerais do capital afetam profundamente cada âmbito particular com alguma influência na educação, e de forma nenhuma apenas as instituições educacionais formais. Estas estão estritamente integradas na totalidade dos processos sociais. Não podem funcionar adequadamente exceto se estiverem em sintonia com as determinações educacionais gerais da sociedade como um todo (MÉSZÁROS, 2008, p. 43).

No primeiro mandato de Lula, a política de educação foi pela ênfase entre os trabalhos de parcerias entre organismo público e as instituições privadas. Já no segundo mandato, este foi sendo trabalhado num ar filantrópico e de responsabilidade social.

Durante estes governos petistas foram criadas diversas iniciativas que carregam várias contradições: o Programa Universidade para Todos (PROUNI); o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES); e o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Estas iniciativas favoreceram o setor privado da educação e expandiram o crescimento da educação no âmbito público, contudo, a base de elevada precarização desta última. Assim, abriram-se os caminhos de acesso à educação superior, no entanto, não primou-se pela qualidade do ensino. O que seria o mais correto, do nosso ponto de vista, seria direcionar estes recursos para as instituições públicas, criarem-se unidades por toda a federação e lutar-se pela efetiva qualidade desta mesma educação disponibilizada.

Mesmo de caráter contraditórias e ambíguas, muitas políticas efetivadas e idealizadas pelos governos do PT, apesar de estarem em perfeita sintonia com a lógica do capital e do mercado financeiro:

Ainda que tenha ocorrido um favorecimento do setor privado, as iniciativas dos governos petistas nas políticas sociais não podem ser desconsideradas, precisando ser avaliadas pelas contradições e os interesses envolvidos no “projeto de desenvolvimento” que propuseram, delimitando o lugar ocupado pelo projeto de expansão da educação superior nos marcos do desenvolvimento capitalista no Brasil (SOARES, 2018, p. 68).

A expansão das Universidades e Institutos Federais de Ensino por todo o país aumentou significativamente a demanda por profissionais do Serviço Social. Uma vez que a população de baixa renda teve mais acesso a este tipo de ensino (superior e/ou técnico), junto cresceu a necessidade de assistentes sociais nestas instituições para fazerem valer e efetivarem-se os direitos destes estudantes, normalmente, altamente expostos à vulnerabilidade social e que, portanto, necessitam de agentes que intervenham por seus direitos para o acesso e permanência nas vagas que ocupam nas Universidades e Institutos Federais, em destaque através de política de assistência estudantil. Não negamos, contudo, o fato da precarização do ensino público em detrimento do que foi sendo repassado através destas mesmas políticas ao sistema privado de ensino, porém, não nos ateremos a este debate agora.

Nos governos do PT, algumas iniciativas ganharam proeminência na educação superior, carregando, ao mesmo tempo, enormes contradições, tais como: o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). De um lado, estas iniciativas davam continuidade ao maior favorecimento do setor privado da educação e, de outro lado, mesmo timidamente, elas demarcavam uma expansão da educação pública, acompanhada pela marca da precarização. (SOARES, 2018, p. 65).

O governo PT teve um grande diferencial no quesito expansão do ensino. Inúmeros Institutos Federais e Universidades públicas foram abertos e outros ampliados durante sua gestão. Levaram-se estas a lugares antes jamais pensados, incluindo-se aí o interior do Brasil. Fato que no governo FHC, por exemplo, sofreu a morte quase generalizada devido justamente a falta de investimentos em educação. E, facilitou o acesso das populações de baixa renda as políticas de cotas que aumentam a possibilidade de permanência e conclusão nos cursos pretendidos por estes estudantes, que geralmente, estudam e trabalham ou em muitos casos, não possuem fonte de renda fixa. Daí a necessidade da participação do Estado, no que tange a garantia de direitos constitucionais que devem ser priorizados, como por exemplo, o direito à educação.

[...] a política educacional implementada possibilitou a criação, expansão e interiorização dos institutos federais por todo o Brasil; a criação do Programa Ciências sem Fronteiras (reconfigurado no governo Temer); a criação da lei de cotas para estudantes de baixa renda, oriundos de escolas públicas e aqueles autodeclarados pretos, pardos e indígenas [...]. Merece destaque também a expansão, em nível nacional, da Rede Federal de Educação

Profissional, Científica e Tecnológica, com os institutos federais. Estes possuem hoje 562 unidades em todo o Brasil, atingindo 512 municípios. Ainda, do ponto de vista quantitativo, o número de docentes e técnicos administrativos mais que triplicou nas universidades e nos institutos federais a partir desta expansão. Qualitativamente, diversificou-se a oferta de ensino, desde o ensino médio integrado aos cursos técnicos, à formação de jovens e adultos, até os cursos de graduação e de pós-graduação (ARCARY, 2015 apud SOARES, 2018, p. 66-67).

Diante do exposto, fato é, que a demanda por assistentes sociais nestes lugares foi e é imprescindível para a garantia dos direitos elementares e que poderão ser suprimidos pela ausência deste profissional nestes ambientes. Com a expansão das Universidades e Institutos Federais, a necessidade de profissionais capacitados e plenamente habilitados do Serviço Social é uma exigência que jamais poderá ser negada diante da complexidade que são as questões burocráticas e de acesso às políticas públicas, neste caso, destinadas à população que necessita destas para sobreviver em meio à educação pretendida. Tais políticas minimizam as desigualdades e problemáticas que o tema envolve, no entanto, são mínimas e necessitam de ampliação, tanto qualitativa como quantitativamente.

A expansão e a interiorização dessas instituições de ensino enfrentam vários desafios, como a mudança do perfil de estudantes, com destaque para o “estudante trabalhador”, que enfrenta inúmeras dificuldades para participar das atividades de pesquisa e extensão, ficando, muitas vezes, limitado à dimensão do ensino. Nestas instituições, diferentemente disso, apesar das condições adversas, os estudantes também têm a oportunidade de vivenciar as experiências de organização política, por meio do movimento estudantil (SOARES, 2018, p. 67).

De fato, as desigualdades sociais, a que muitas famílias brasileiras enfrentam, é fator determinante a obtenção do ensino público ofertado a estas mesmas populações. Seria necessário, portanto, muito mais investimentos e melhorias significativas na qualidade do ensino público (desde o nível fundamental da educação até o superior, e também englobando-se os cursos técnicos), principalmente nas localidades onde as desigualdades sociais são mais intensas e preocupantes. Mas, todo esforço poderá ser vão se não houver também, paralelamente, políticas públicas destinadas ao acesso e à permanência destas populações a este sistema educativo.

Em linhas gerais, as novas demandas que se instauram na área educacional nos fazem refletir sobre a nova forma de agir do assistente social, a necessidade, na contemporaneidade, de se capacitar para a veiculação e efetivação dos direitos da população em face de suas demandas e respectivas expressões da questão social. (GAZOTTO; DAVID, 2014, p. 184).

Parte significativa dos estudantes das instituições de ensino superior públicas pertence às classes sociais que estão situados na linha da pobreza, tendo pouco ou limitadíssimo poder aquisitivo. Esta realidade nos motiva e revelam a importância das políticas de assistência estudantil para as classes de baixa renda. Considerando isso, por meio do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) instituído em 2010, através do Governo Lula, são desenvolvidas políticas que influenciam diretamente todo o contexto que envolve as instituições, pois contribuem para a permanência destes e conclusão nos cursos de graduações ou cursos profissionalizantes, seja nas Universidades ou Institutos Federais.

A Assistência Estudantil é uma forma de concretização das políticas públicas, em nível federal e local, no que diz respeito à permanência e conclusão de curso de graduação, particularmente dos que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, e fundamenta-se no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES, Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, do Ministério da Educação e do decreto 7.234 de 19 de julho 2010). Esse programa efetiva-se por meio de ações que se desenvolvem nas seguintes áreas estratégicas: moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (GAZOTTO; DAVID, 2014, p. 185).

É indispensável que pesquisadores, assistentes sociais em exercício e gestores, isto é, responsáveis por políticas públicas, sempre levem em consideração todas as condições socioeconômicas destes sujeitos de direito - estudantes de Universidades e Institutos Federais. É impositivo que se avaliem os seus diversos contextos: histórico, cultural e também ético, pois, normalmente, são os mais vulneráveis neste sentido. A concretização desses tipos de direitos deve permear toda uma consciência coletiva e que esteja diretamente ligada a este contexto. Lutar pela efetivação desses direitos é lutar contra injustiças sociais, tão presentes no cenário brasileiro. Assim fazendo, estaremos diminuindo as exclusões, minimizando as opressões, e inserindo barreiras às mais diversas formas de explorações que estes sujeitos de direitos estão expostos diariamente.

Dessa forma, o trabalho no âmbito da educação visa estabelecer uma política com o objetivo de garantir o acesso, a permanência e a conclusão nos cursos de graduação em sistema presencial dos discentes em condições de vulnerabilidade socioeconômica. Deve-se também levar em considerações, por meio do REUNI, a busca de transformar a PNAES em uma política não

somente de Estado, mas também de governo (GAZOTTO; DAVID, 2014, p. 189)

A educação no Brasil ao longo do tempo teve seus avanços, retrocessos, tendências e contradições. Como descrito acima, a educação desde o período colonial foi moldada como instrumento de poder e controle e no sistema vigente tal objetivo se amplia, uma vez que se torna meio de comercialização. Ao mesmo tempo em que há contradições também se tem resistência para melhoria e concretização da mesma.

A educação atualmente se configura como uma política pública e também como um espaço de atuação do assistente social, dado que é um profissional que atua na intervenção das expressões da questão social. Desse modo, no capítulo seguinte será explanada a relação entre o Serviço Social e a educação, trazendo elementos para compreensão da importância do profissional na política de educação.

3 SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: SUBSÍDIOS PARA O DEBATE

O presente capítulo visa apresentar, em linhas gerais, os fundamentos sócio-históricos do Serviço Social na sociedade capitalista. Situamos a profissão na divisão social do trabalho atravessada por luta de classes e desigualdades sociais bem como os fundamentos do projeto profissional crítico. Posteriormente, apresentamos o processo de inserção do Serviço Social na educação, sua trajetória e subsídios para o trabalho profissional a partir das orientações das entidades da categoria e da produção de conhecimento da área, assim como elencamos os desafios e possibilidades do exercício profissional a partir de experiências desenvolvidas na realidade do Tocantins.

3.1 O Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho

Na origem do Serviço Social, vemos que esta não é corretamente definida como trabalho, pois, o caráter caritativo sempre foi colocado à sua frente, assim, “desvirtuando” conceitualmente a profissão. Em suas origens no Brasil, o Serviço Social está intimamente vinculado às iniciativas da Igreja Católica, como parte de sua estratégia de qualificação do laicato, especialmente de sua parcela feminina.

No processo de institucionalização do Serviço Social, o esforço dos assistentes sociais se dá no sentido de profissionalização da assistência, procurando atribuir às ações caritativas *status* profissional; os fundamentos da profissão, embora mantenham suas bases na Doutrina Social da Igreja, buscam elementos científicos, principalmente no campo da sociologia e da psicologia e as bases da legitimação se deslocam da igreja, via ação caritativa, para os setores empresariais e o Estado, via implementação de políticas sociais (SILVA, 2011, p. 94).

Segundo Castro (2011), no ano de 1936, em São Paulo criava-se a Escola de Serviço Social de São Paulo, diretamente inspirada pela Doutrina Social da Igreja Católica e pela Ação Social ligada ao Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) no contexto do processo de industrialização no Brasil. Iniciava-se assim uma nova etapa na prática da assistência social, quando a Igreja, em seu conjunto, atravessava um importante momento.

Em primeiro lugar, é preciso estabelecer como entendemos *a função concreta que o Serviço Social desempenha no interior das relações sociais entre as classes*; e, secundariamente, qual o papel que a religião católica (como tal) e

sua igreja (como instância de organização de um determinado poder político) tiveram durante o período da gênese, da formação do Serviço Social – como uma atenção particular às implicações de caráter extra-religioso que o catolicismo trouxe à configuração do Serviço Social. (CASTRO, 2011, p.44).

Somente a partir de meados dos anos 1970 teve início, aqui no Brasil, a construção do Projeto Ético Político do Serviço Social, sendo marcado fortemente pelo III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), popularmente conhecido como “Congresso da Virada” realizado em 1979. Quando adentramos no processo de redemocratização da sociedade brasileira, por volta dos anos 1980, este mesmo projeto sofre avanços significativos, inclusive, rechaçando o conservadorismo vigente neste meio.

O surgimento das primeiras escolas de Serviço Social na América Latina cristaliza uma situação prévia e introduz algumas mudanças significativas no percurso histórico da profissão. É pertinente indagar qual a significação qualitativa do ingresso do serviço Social no âmbito da Universidade e do estatuto diferenciado que, em cada contexto, este fato lhe atribuiu. (CASTRO, 2011, p. 45).

Somente a partir dos anos de 1980 é que tomou hegemonia uma concepção teórico-metodológica como uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho. Os acontecimentos e mudanças pelo mundo a fora determinaram as mudanças na profissão e nas suas práticas:

A década de 1980 presenciou nos países de capitalismo avançado profundas transformações no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política. Foram tão intensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que a classe-que-vive-do-trabalho sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser (ANTUNES, 2000, p. 23).

A partir dos anos 1980, a demanda de mercado segundo as mais diversificadas e complexas estruturas do trabalho começaram a exigir, conseqüentemente, dos trabalhadores, novas habilidades, melhor capacitação e tendência a adaptarem-se as mais variadas funções. Essas alterações na sociedade foram significativas para a profissão do Serviço Social, uma vez que, estando inserida neste meio, passou-se, assim, a exigir-se desta a sua natureza como trabalho, atuando e agindo nestas relações entre as classes sociais existentes em nossa sociedade. A partir do momento que o Estado assumiu o gerenciamento do conflito de classes e passou a agir também

na relação capital/trabalho (desde as décadas de 1920-1930), surgiu à necessidade da atuação do profissional do Serviço Social visando mediar este processo. Segundo Iamamoto (2013, p. 20) destaca, é que “a partir das grandes mobilizações da classe operária nas duas primeiras décadas do século, o debate sobre a ‘questão social’ atravessa toda a sociedade e obriga o Estado, as frações dominantes e a igreja a se posicionarem diante dela”.

O Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social e técnica do trabalho, tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana, processos esses aqui apreendidos sob o ângulo das novas classes sociais emergentes[...] compartilham o poder do Estado em conjunturas históricas específicas (IAMAMOTO; CARVALHO2014, p. 83).

Contudo, ao mediar estas demandas, o assistente social foi obrigado a vender sua força de trabalho, seja seu contratante público ou privado, e assim, esta profissão passou a estar incluída na relação de compra e venda de mercadorias, assumindo, então, seu posto de trabalhador assalariado dentro da lógica do capital. Nos anos 1960-1970, houve uma crescente expansão do trabalho assalariado, o setor de serviços cresceu expressivamente e as condições precárias também se intensificaram, necessitando por isto de intervenção.

O Serviço Social deixa assim de ser um mecanismo de distribuição de caridade privada das classes dominantes para se transformar em uma das engrenagens de execução das políticas sociais do Estado e setores empresarias, que se tornam seus maiores empregadores. É nesse sentido que se apresenta, para análises da profissão e de seu significado social, a impossibilidade de desvinculá-la da relação com as novas formas de enfrentamento da questão operária, criadas pelo Estado e pelo empresariado, consolidadas em medidas de política social, implementadas pelas grandes instituições assistenciais (IAMAMOTO, 2013, p. 110).

Sendo o assistente social pautado pelo Código de Ética Profissional⁵ e intervindo nas expressões da questão social e por aquilo que dela provém, isto é, seus embates, dilemas e problemáticas, este tende a vivenciar não somente um, mas diversos processos de trabalho. Um dos maiores problemas na efetivação do trabalho do assistente social é justamente que a solução de diversos problemas apresentados

⁵ O Código de Ética Profissional de 1993 é resultante do processo de renovação crítica do Serviço Social e contempla diversos direitos, deveres e princípios que devem orientar o exercício profissional de assistentes sociais, tendo o compromisso com a afirmação e defesa dos direitos da classe trabalhadora.

ou colocados a este, estão nas mãos de outrem, isto é, normalmente, encontrasse-se para além de si e de sua ação a solução.

Ainda que dispondo de relativa autonomia na efetivação de seu trabalho, o assistente social depende, na organização da atividade, do Estado, da empresa, entidades não-governamentais que viabilizam aos usuários o acesso a seus serviços, forneçam meios e recursos para sua realização, estabelecem prioridades a serem cumpridas, interferem na definição de papéis, e funções que compõem o cotidiano do trabalho institucional. Ora, se assim é, a instituição não é um condicionante a mais do trabalho do assistente social. Ela organiza o trabalho do qual ele participa (IAMAMOTO, 2015, p. 63).

É importante pontuar que o Serviço Social foi uma profissão regulamentada no Brasil inicialmente pela Lei nº 3252/1957, e posteriormente revogada pela Lei nº 8.662/1993 que apresenta as competências e atribuições privativas de assistentes sociais. Tais normativas, tanto o Código de Ética Profissional como a Lei de Regulamentação da profissão devem orientar o exercício profissional tanto no campo da educação como nos mais diversos espaços ocupacionais considerando que a formação profissional tem uma dimensão generalista.

O Serviço Social amadureceu consideravelmente em meio a profundas transformações ocorridas no seio da sociedade, sobretudo a partir da década de 1980, e que se refletiam na produção, economia, política, cultura, relações de trabalho e, também embasadas pelo neoliberalismo. Buscava-se, assim, um novo modelo de sociedade, justa, igualitária, humanizadora, e onde a liberdade ocuparia o lugar central dentro dos valores éticos.

O futuro do projeto profissional reside, portanto, em sua direção estratégica emancipadora, vinculada ao movimento social, sob a perspectiva da autonomia e independência de classe e que pressupõe um combate ético, teórico, político e prático-social ao neoliberalismo e aí reside o futuro do projeto ético-político profissional (PAULO NETTO, 1995, p.15).

O Serviço Social possui por natureza um projeto pensado e idealizado para sociedade brasileira e de alcance universal sem discriminações. Neste empenho esforça-se em lutar por liberdade, inclusive, independência do cruel e desigual sistema capitalista, esmerando-se pela emancipação do trabalhador, não sendo conivente com as inúmeras injustiças e exploração que se encontram submetidos os trabalhadores brasileiros dentro desta lógica desumana, isto é, a do capital em território nacional.

Com relação à formação profissional do assistente social, compreende-se que ela tem como lócus privilegiado o espaço das universidades. No entanto, segundo Iamamoto (2013), jamais poderemos reduzir esta formação a toda e qualquer teoria absorvida na academia, antes, devem ser consideradas, fundamentalmente, também, as suas práticas em atuação, uma vez que atuará frente às demandas sociais e que forcem o agir responsável deste profissional.

[...] preparar cientificamente quadros profissionais capazes de responder às exigências de um projeto profissional coletivamente construído e historicamente situado. Trata-se aqui, de um projeto profissional que, demarcado pelas condições efetivas que caracterizam o exercício profissional do Assistente Social diante da divisão social e técnica do trabalho, seja capaz de responder às demandas atuais feitas à profissão a partir do mercado de trabalho e de reconhecer e conquistar novas e potenciais alternativas de atuação, expressão de exigências históricas que se apresentam à profissão pelo desenvolvimento da sociedade em um contexto conjuntural específico (IAMAMOTO, 2013, p. 163).

Somente a partir e por meio dos fundamentos teórico-metodológicos, ético-político e técnico-operativo que conseguiremos concretizar os valores que constituem o projeto ético-político, com a necessária articulação com outros sujeitos coletivos da realidade social, identificando nela os desafios e as possibilidades de intervenção profissional. Ao discorrermos sobre a gênese do Serviço Social, e conseqüentemente, dos fundamentos sócio-históricos do projeto profissional, apresentamos, no item seguinte, as particularidades da inserção profissional na política de educação.

3.2 O Serviço Social na Educação: fundamentos e competências profissionais

O foco de nossa análise é, prioritariamente, a atuação do assistente social inserido na educação e, partimos do pressuposto que as transformações específicas do capital e também do mundo do trabalho incidem nas políticas educacionais vigentes. Cientes disso, lutar contra as barreiras postas pelos governos sem articulação com o mercado (Federal, Estadual, Municipal e Distrital) e que prejudicam profundamente o trabalhador. Este sofre com más condições das escolas e com a má qualidade de ensino ofertada à população, principalmente a de baixa renda, onde as políticas educacionais sempre ficam em último plano. Sem unir forças ficará cada vez mais difícil lutar por um futuro melhor e um presente mais igualitário. Através da educação (mas não somente nesse espaço) podemos trilhar um caminho de

emancipação do ser humano e passar a inquietar/incomodar todos que assumem um papel opressor diante do trabalhador.

A atuação ou inserção dos assistentes sociais na área da educação não é de todo novo. Pois, tem seus primeiros vestígios quando, em sua origem, o Serviço Social era marcado para o controle social sobre a família dos proletários e, visava-se também, a relação nos processos de socialização e educação da classe trabalhadora, tudo isto devido à grande e considerável expansão do capitalismo durante a Era Vargas. Ou seja, na gênese da profissão já se evidenciava uma dimensão educativa no trabalho de assistentes sociais, porém, nesse momento, uma concepção político-pedagógica alinha ao pensamento conservador das classes dominantes.

Contudo, ficou ainda mais evidente isto devido às tendências que foram observadas no âmbito das políticas sociais, podendo ser referenciado a partir da década de 1980:

O enfrentamento da pobreza a partir de políticas públicas que estabelecem condicionalidades em relação a educação escolarizada. A interface de diferentes políticas setoriais, em especial aquelas dirigidas aos segmentos sociais em situação de vulnerabilidade social, tornando o acesso a educação escolarizada um marco na afirmação dos direitos sociais de crianças e jovens (ALMEIDA, 2007, p. 6).

O Serviço Social adquire seu espaço no ambiente educacional devido o esforço contínuo desta categoria profissional, e, com certeza, não se pode negar, de igual forma, a contrastante realidade social, política e econômica em que está inserida a maior parte dos usuários do sistema escolar.

O trabalho do assistente social na educação seja na universidade, mas, sobretudo na escola de educação básica, gera uma proximidade das famílias mais carentes com o acesso às políticas sociais, como a de assistência social, que já sofrem a intervenção direta deste profissional na origem e na relação sócio-educacional.

A contextualização e o conhecimento do lócus profissional assim como da demanda dirigida ao Serviço Social devem estar sempre na lente das prioridades do assistente social, principalmente quando este ingressa em uma instituição ou organização (AMARO, 2017, p. 20).

A intervenção de forma responsável pelo assistente social, que esteja inserido na política pública de educação deve agir com fundamentação ética e teórico-

metodológica, em uma prática fundamentada em valores emancipatórios na busca da justiça social, lutando pelo acesso indiscriminado dos bens e serviços relacionados às intervenções nas expressões da questão social.

Segundo Amaro (2017) o assistente social pode desenvolver as seguintes competências profissionais no campo educacional considerando as particularidades do espaço ocupacional:

- Examinar a situação social e econômica dos alunos e suas famílias;
- Orientar a organização e o funcionamento de entidades que congreguem professores e pais de alunos;
- Orientar as famílias no encaminhamento dos alunos a instituições previdenciárias;
- Realizar triagem de alunos que necessitam de auxílio para material escolar, transporte, tratamento médico, e dentário;
- Preparar relatórios e prestar informações sobre suas atividades;
- Manter a articulação com os grupos da escola (professores, pais) e outras entidades comunitárias;
- Esclarecer e orientar a família e a comunidade para que assumam sua parcela de responsabilidade no processo educativo (AMARO, 2017, p.12).

Materiais e orientações do Conjunto CFESS - CRESS indicam que embora se tenha informação de experiências de assistentes sociais na área de educação desde a origem da profissão na década de 1930, é a partir da década de 1990 que a atuação profissional neste campo passa a ser mais debatida e socializada por meio de pesquisas e publicações no interior da categoria profissional. No âmbito da agenda político-organizativa do Conjunto CFESS - CRESS é a partir dos anos 2000, que esse tema passa a compor ações desta categoria profissional, de forma continuada, debates, constituição de comissões e grupos de trabalho e realização de eventos, a exemplo do I Seminário Nacional do Serviço Social na Educação realizado em junho de 2012.

Conforme Mendes (2019) é nesse cenário que os assistentes sociais estão sendo convidados a colaborar de forma consistente com o processo de elaboração e execução da política educacional, que reflete as expressões da questão social que por sua vez, é matéria prima de trabalho desse profissional que tem com base na sua formação teórico-metodológica, técnico-operativa e seu posicionamento ético-político, possibilidade de decifrar criticamente a realidade e os processos sociais em sua totalidade.

Adensando a discussão nessa área e a consolidação gradativa desse campo

de atuação constata-se, em muitos estados, uma significativa ampliação do debate acerca das particularidades da intervenção do Serviço Social na Educação, merecendo destaque o seu enraizamento no âmbito da organização e agenda políticas do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), reconhecidos como conjunto CFESS/CRESS. Essa conquista de espaço gera desdobramentos como a constituição de comissões temáticas, grupos de trabalho e várias proposições nos encontros nacionais da categoria profissional. Uma das referências desse processo histórico é o crescente número de trabalhos inscritos nos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS) desde 1995(CFESS/CRESS, 2012, s/p).

Devido à pluralidade de correlações de forças no qual o ambiente escolar se desenvolve, percebe-se, que a educação já não se trata tão somente do processo de ensino-aprendizagem, pois, as necessidades do indivíduo como ser social são inseparáveis, acompanhando-o por toda a sua jornada escolar. É com base no contato do que se encontra disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº 9.394 de dezembro de 1996, que temos de forma clara e objetiva, orientação para uma concepção ampliada de educação.

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (BRASIL, 1996).

Conforme regulamenta a LDB, mas sendo necessário corretamente interpretá-la, é indispensável atuar sobre as expressões da questão social em ambiente escolar, uma vez que estas inerentes são ao aluno, por onde quer que este vá. E, ainda que isto na prática seja ignorado inúmeras vezes, contudo, suas experiências na sociedade – familiar e comunitária – encontram-se enraizadas na vivência, e, com isto, se finda por transformá-lo, construindo-lhe, edificando-lhe e o fazendo ímpar neste processo de formação pessoal, tanto no âmbito da questão ética e fundamentalmente no aspecto social. Logo, isto nos remete a intervenção do assistente social, sendo a este, cabível tal responsabilidade. Na visão de Amaro (2017), faz-se urgente a presença de um profissional habilitado para suprir esta carência expressada no cenário educacional.

Esse cenário, por sua peculiaridade, tem exigido esforços incalculáveis de educadores e gestores, esforços que nem sempre são exitosos por conta de sua formação não oferecer subsídios à construção de práticas sociais em territórios educacionais (AMARO, 2017, p. 07).

Retornando mais uma vez a LDB, percebe-se que no seu artigo 3º, que trata justamente sobre os princípios básicos em que o ensino deve fundamentar-se e considera “a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (Art. 3º, cap. I) como item indispensável ao referir-se ao educando. Reconhece a “vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais” (Art. 3º, cap. XI) como inseparáveis, além, é claro, da “consideração com a diversidade étnico-racial” (Art. 3º, cap. XII) visando-se vencer as barreiras do preconceito.

E, cerrando esta seção enfatiza a “garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida” (Art. 3, cap. XIII) o que não deveria ser negado a nenhum ser humano em nenhum momento de sua existência. Portanto, em todos estes aspectos que até aqui já foram expostos, conclui-se que, nos mais variados momentos da experiência escolar do educando, faz-se extremamente necessária a presença firme, responsável e atuante deste profissional do Serviço Social. Tratar desta relação, entre Serviço Social e política educacional, tem sido um assunto demasiadamente debatido na contemporaneidade, e, isso se dá, devido à necessidade de se possuir este profissional, atuando efetivamente e contribuindo com o corpo docente e núcleo gestor nas instituições de ensino da rede pública.

Nesse sentido, reforçar o campo da educação na formação profissional do assistente social demanda, num sentido mais amplo, recuperar o debate acerca da dimensão pedagógica da prática profissional, enfatizando seu caráter emancipatório, além de se aproximar, no campo teórico prático, das forças organizadas e dos movimentos sociais comprometidos com a construção de um projeto societário contra hegemônico (MENDES; AGUIAR; FONSECA, 2019, p. 106).

O assistente social inserido nessa política de educação, de acordo com o CFESS (2011), - órgão de defesa e fiscalização da profissão - o profissional na área educacional pode desenvolver as seguintes atividades:

Pesquisa de natureza sócio-econômica e familiar para a caracterização da população escolar;
Elaboração e execução de programas de orientação sócio familiar visando prevenir a evasão escolar e melhorar o desempenho e rendimento do aluno e sua formação para o exercício de cidadania;
Participação em equipe, da elaboração de programas que visem prevenir a violência, o uso de drogas e o alcoolismo, bem como que visem prestar esclarecimentos e informações sobre doenças infecto-contagiosas e demais questões de saúde pública;

Articulação com instituições públicas, privadas, assistenciais e organizações comunitárias locais, com vistas ao encaminhamento de pais e alunos para atendimento de suas necessidades;
 Realização de visitas sociais com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sócio-familiar do aluno, de forma a possibilitar assisti-lo e encaminhá-lo adequadamente;
 Elaboração e desenvolvimento de programas específicos nas escolas onde existam classes especiais;
 Empreender e executar as demais atividades pertinentes ao Serviço Social, previstas pelos artigos 4º e 5º da Lei 8662/93, segundo Parecer Jurídico 23/00 de vinte e dois de outubro de 2000, do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2001, p.13).

A educação a que nos referimos, passa pela formação intelectual, contudo, não se resume a esta, pois engloba a produção e a disseminação de uma série de valores e práticas sociais atreladas ao respeito pela diversidade dentro da sociedade e com relação aos direitos sociais em geral, sendo estes indispensáveis à autonomia do ser e contribuindo para sua independência.

Pensar a relação do Serviço Social com a educação tem sido uma tarefa que tem ocupado parte significativa dos/as assistentes sociais, grupos de pesquisa e extensão, equipes e coletivos de profissionais com diferentes inserções no campo das políticas sociais e, sobretudo, aqueles que cotidianamente constroem esta relação em função de uma atividade laborativa inserida nos estabelecimentos que implementam a Política de Educação, ou que requer uma articulação com os mesmos. Cada um desses investimentos pauta o recente processo de aproximação do Serviço Social à temática da educação nos diferentes espaços de debate, construídos em todas as regiões do país, sobretudo aqueles que se desdobram das iniciativas coordenadas pelo Conselho Federal de Serviço Social e pelos Conselhos Regionais de Serviço Social (CFESS, 2010, p. 14).

É válido analisar as mudanças que vem ocorrendo no âmbito da produção social, para melhor situar a atuação do assistente social, tanto no seu alcance como em suas possibilidades dentro desta temática. Aplicar-se na compreensão dos fenômenos como desemprego estrutural, a contrarreforma⁶ do Estado à supremacia de uma fundamentação cultural embasada na lógica da produção da mercadoria e que implicam sobre as políticas públicas e, por conseguinte, nas políticas educacionais. Devemos também pensar na política educacional contextualizada

⁶Cabe lembrar que esse é um termo que ganhou sentido no debate do movimento operário socialista, ou melhor, de suas estratégias revolucionárias, sempre tendo em perspectiva melhores condições de vida e trabalho para as maiorias. [...] o que se pôde chamar de reforma associava-se à legislação social e, no pós-guerra, ao *Welfare State*. Estas foram reformas [...] intrínsecas ao capitalismo, sob a pressão dos trabalhadores, com uma ampliação sem precedentes do papel do fundo público, desencadeando medidas Keynesianas de sustentação da acumulação, ao lado da proteção ao emprego e do atendimento de algumas demandas dos trabalhadores. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, P. 149)

através de suas particularidades em função das transformações no mundo do trabalho, na cultura, no campo e na cidade. Esta relação não se dá de forma imediata e automática, antes, se faz necessário compreender àquilo que a determina, sendo de fundamental importância para estabelecer projetos e práticas sociais que constroem o universo do campo educacional.

O assistente social compreende que, problemas comportamentais dos alunos, crianças que não se ajustam ao modelo pré-estabelecido pela escola, refletindo em baixo nível de aprendizagem e até mesmo na evasão escolar desse aluno, na sua grande maioria, esses casos não são em decorrência de uma situação proveniente daquele momento, há toda uma historicidade por trás daquele desfecho, que deve ser investigado, possibilitando ao assistente social, em parceria com os gestores, professores(as), outros trabalhadores e membros da comunidade escolar, levantar debates e buscar estratégias para dar respostas qualificadas às demandas apresentadas, trabalhando na efetivação dos direitos sociais dos atores da escola(MENDES; AGUIAR; FOSENCA, 2019, p. 9).

Devido ao embate das desigualdades, das mais variadas formas que caracterizam a sociedade capitalista ao colocar em campos opostos as classes sociais e o Estado, é a partir deste processo histórico que nasce a política de educação, ou seja, gerando-se esta como consequência direta proveniente desta relação. É através desta política que o Estado intervém estrategicamente, tencionando assegurar condições necessárias para a reprodução do capital, mas, que também resulta, indiscutivelmente, do enfrentamento da classe trabalhadora em campo político, buscando-se alternativas para o seu processo formativo, e, se encontrando cercada do seguinte contexto: da negação e reconhecimento dos direitos sociais, numa luta, por vezes, embasadas por projetos pedagógicos diversificados.

O denso histórico da política educacional brasileira ressalta, de fato, a realidade do processo que reproduz e alimenta as desigualdades sociais, que anteriormente excluía e restringiam, mas, que agora, defende a inclusão da classe trabalhadora na educação secularizada, numa tentativa de reparo histórico.

[...] Deste modo, compreender a trajetória da política educacional é um esforço que requer mais do que o resgate de uma história marcada por legislações e mudanças institucionais, mas de suas relações com a dinâmica e as crises da sociedade do capital, a partir de sua singular inscrição nos processos de estabelecimento de consensos e de reprodução da força de trabalho na realidade brasileira (ALMEIDA, 2011, *apud* CFESS, 2010, p. 21).

Assim percebemos que a inserção deste profissional no cenário educacional é de suma importância, ficando evidente mediante as falas dos autores que ora trago, o

quanto se faz necessário a inserção do assistente social nessa rede, podendo contribuir na materialização dos direitos sociais no espaço escolar ou universitário, possibilitando a criação de estratégias coletivas de acesso, permanência e êxito no processo formativo.

Contextualizando nossa temática, temos mais recentemente, em 12 de novembro de 2019, aprovação por unanimidade na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei 3.688/2000. Este dispõe sobre os serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica.

Somente após densas discussões, reuniões, debates e audiências acerca desta política pública é que o PL foi levado à votação junto aos parlamentares. Tais iniciativas tiveram grandes contribuições do CFESS em articulação com o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e que incidiram bastante nos debates sobre o referido projeto. Neste se prevê a atuação dos serviços de Psicologia e de Serviço Social nas escolas públicas de ensino básico, com foco nas necessidades definidas pelas políticas públicas e de acordo com os casos apresentados na rede educativa.

O projeto prevê que as redes públicas de educação básica contem com serviços de Psicologia e de Serviço Social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas e redes educacionais, por meio de equipes multiprofissionais (CFP, 2019, s/p).

As equipes de multiprofissionais deverão atuar para a melhoria das condições e da qualidade do processo ensino-aprendizagem, incluindo neste a comunidade-escola e atuando por intermédio de relações sociais e instituições. Este se identifica e agrega junto a LDB, visando o desenvolvimento integral da criança, devendo ser levado em consideração os mais variados aspectos, como: físico, psicológico, intelectual e social, aliado ao trabalho e relação da família e sociedade.

A Lei 13.004/2014 dispõe sobre o Plano Nacional de Educação (PNE) e registra a necessidade de órgãos de assistência social e de saúde trabalharem em conjunto visando-se o sucesso escolar e as pertinências características das referidas áreas. Por fim, tende a “[...] estimular a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria às escolas” (CFP, 2019, s/p).

As expectativas neste entorno foram frustradas com o veto do atual Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, pois o governo alegou que novas despesas estariam sendo criada com esta sanção e nenhuma referência a fonte que subsidiaria

tais gastos foram sequer registrados ou indicados para cobrir os “custos” que o Estado deveria assumir com esta política.

Mas, o Congresso Nacional derrubou, no dia 27 de novembro de 2019, o veto à lei que obrigava a presença dos profissionais de Psicologia e de Serviço Social nas escolas públicas. Contornando a decisão presidencial, voltou assim a valer o texto aprovado na Câmara em setembro de 2019. Agora, de forma definitiva, a normativa será promulgada pela Presidência da República.

Depois de muitas mobilizações populares e pressão realizada pelos conselhos das referidas categorias profissionais foi aprovada em dezembro de 2019 a Lei nº 13.935 tornando obrigatória a oferta desses serviços nas redes públicas de ensino, demandando agora a criação de estratégias coletivas para a sua implementação. Sem dúvidas, uma grande conquista para estas categorias profissionais, mas, sobretudo, para a educação pública.

No texto da PL determina-se que o poder público seja responsável pela contratação para efetiva atuação em âmbito da rede escolar básica de ensino o atendimento psicológico e de Serviço Social aos seus. Estes profissionais devem estar vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS) e aos serviços públicos de assistência social ofertado à população. Fica determinado também o prazo máximo de um (01) ano para as adequações necessárias para este tipo de atendimento. Com a anulação do veto, especialistas e parlamentares a favor desta política comemoraram a vitória que a educação obteve ao passar a receber apoio e contribuição destes referidos profissionais em seu quadro profissional.

Não se pode mais ignorar a violência que ocorre dentro dos muros das escolas, com inúmeros casos de agressões, mutilações, tentativas de agressão e outras expressões de desigualdades sociais no âmbito escolar ou universitário. Vetar a atuação destes profissionais na educação é fechar os olhos para a realidade e tentar esconder as mazelas sociais que ocultam os dados comprovados. É imprescindível reafirmar que, “a derrubada do veto presidencial pelo Congresso Nacional foi uma grande conquista dos movimentos sociais, sindicatos, dos conselhos de psicologia e serviço social e da sociedade brasileira”. Carta Capital (2019).

No item seguinte, vamos apresentar algumas reflexões sobre o Serviço Social na educação a partir do diálogo estabelecido com as experiências de profissionais no estado do Tocantins. Por isso, inicialmente destacamos uma breve contextualização regional e, posteriormente, apontamos e analisamos os principais desafios e

possibilidades do exercício profissional nessa área, em particular no âmbito da política de assistência estudantil desenvolvida na UFT e no IFTO.

3.3 Serviço Social e Educação na realidade do Tocantins: contexto regional, desafios e possibilidades

O Tocantins é uma das vinte e sete unidades federativas do Brasil, constituindo-se como o seu mais novo estado territorial. A população total estimada em o estado fica em torno de 1.572.866 habitantes (IBGE, 2010). Portanto, é o quarto estado mais populoso da Região Norte e ocupa o vigésimo quarto lugar como mais populoso do país. Localiza-se a sudeste da Região Norte. Sua capital é Palmas e possui uma população estimada de aproximadamente 299.127 habitantes situando-se, assim, dentre as capitais estaduais brasileiras menos populosas.

O Tocantins tem 139 municípios. Do total de habitantes, 78,81% da população vivem no perímetro urbano e 21,19% habitam no perímetro rural. De acordo com os últimos dados do IBGE (2010), a taxa de crescimento anual da população tocantinense é de 1,8%. E, apenas dois municípios possuem população acima de 100 mil habitantes: Palmas, como já fora citado acima e Araguaína, na região norte do estado, com cerca de 180.470 mil habitantes aproximadamente (PORTAL TOCANTINS, 2020, s/p).

Assim como no restante do país, foram os indígenas os primeiros habitantes do estado do Tocantins. A luta pela autonomia política do norte goiano, já conhecido como Tocantins se intensificou desde o ano de 1987. E, já no ano seguinte (5 de outubro de 1988), nascia este estado, através do artigo 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição (IBGE, 2010). Sua criação, portanto, ocorreu devido o estado de Goiás possuir uma região geográfica bastante extensa e, por isto, deixando uma razoável parcela de sua população desamparada ou esquecida, além da grande diferença no modo de vida dos habitantes de um mesmo estado (contradições entre as regiões ao norte e ao sul do estado). Como a capital Goiânia fica localizada mais a sul e bem próxima a construção de Brasília, esta região se desenvolveu velozmente, tornando-se próspera e rica, com indústrias e alto investimento em agronegócio, promissor a novos investimentos, possuindo grandes usinas hidrelétricas (construção e/ou projeto). Portanto, a região sul de Goiás se desenvolvia a todo vapor.

Devido à distância de centros comerciais e industriais importantes e terras com pouca cultura, principalmente, devido à falta de tecnologia para o cultivo agrícola, o norte goiano assumiu o atrasado como característica marcante na região e também em relação ao restante do Goiás. A população e autoridades foram se preocupando com a falta de desenvolvimento e de investimentos e, então, decidiram lutar pela libertação e constituição de um novo estado. Aí nasceu a ideia daquele que, futuramente, se tornaria o Estado do Tocantins. E, assim, este foi sendo instalado em 1º de janeiro de 1989, quando ocorreu a emancipação do estado do Goiás.

O nome "Tocantins" faz alusão ao rio Tocantins, que corta todo o estado de sul ao norte. É um termo oriundo do tupi antigo⁷. Já o nome do rio é uma referência literal e histórica à tribo indígena que habitava a região na época da chegada dos primeiros colonizadores portugueses.

Há demasiadas instituições educacionais no Tocantins, principalmente na capital Palmas que abriga as principais destas. A educação tocantinense possui um índice, de acordo com dados de 2010, de 0,624 pontos, ocupando a décima quarta melhor colocação no país, comparada à dos demais estados brasileiros. Ficando na Região Norte atrás somente do Amapá (0,629) e de Roraima (0,628).

No que tange à educação pública federal, o estado possui apenas duas (02) instituições atualmente, sendo a UFT e o IFTO (está com formação de nível médio técnico à pós-graduação), mas em 2019 foi aprovada a criação da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) que está em processo de implantação com sede em Araguaína. Quanto à educação superior pública em nível estadual, o estado possui uma (01) instituição, a Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS). Ambas as instituições possuem vários campi no interior no estado.

Sobre o índice de alfabetização, a lista de estados brasileiros por taxa de alfabetização, mostra o Tocantins com a décima sétima maior taxa, com 88,11% de sua população considerada alfabetizada. Em números absolutos, o Tocantins possui um total de 1.129.733 pessoas com mais de 10 anos de idade alfabetizadas, sendo 894.078 na área urbana e 235.655 na área rural (IBGE, 2019).

As cidades em que possuem experiências do Serviço Social na educação, objeto da nossa análise, e que estabelecemos contado com as profissionais na pesquisa de campo, julgamos necessário apresentar brevemente uma caracterização.

⁷Trata-se de um termo oriundo do tupi antigo, onde significa "bicos de tucanos", através da junção dos termos *tukana* ("tucanos") e *tim* ("bicos").

Em se tratando da cidade de Miracema, esta cidade possui uma população estimada de aproximadamente 18.248 pessoas (IBGE, 2019) e situa-se à 80km de distância da capital do estado, Palmas.

A história de Miracema começa com os garimpos que atraíram imigrantes para o Norte de Goiás, no início do século XX, passando pela exploração da cana-de-açúcar e a navegação fluvial. Em 1929 chegaram os primeiros habitantes, se fixando no local devido à beleza da paisagem. A região foi denominada Xerente e Bela Vista. Em 1948 o distrito foi desmembrado de Araguacema, com a denominação de Miracema do Norte. Em 1988, com o desmembramento do Estado de Goiás, originando o Tocantins, Miracema do Norte, hoje Miracema do Tocantins, foi escolhida para sediar a capital provisória do Estado, por ato do presidente da República. Permaneceu nesta condição no período de 1º de janeiro de 1989 até 31 de dezembro do mesmo ano, quando foi instalada, em Palmas, a capital definitiva (PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRACEMA DO TOCANTINS, 2020, s/p).

Informalmente, corre-se que os primeiros habitantes da região foram os índios Xerente, tendo permanecido por aí pouco tempo, pois a terra era assolada pela febre. Outro motivo seria a fertilidade do solo e a abundante caça explorada por habitantes de outro município, neste caso, de Pedro Afonso, atraídos à região devido estes fatores. Inicialmente, o local fora denominado por Bela Vista⁸ (1934).

É do consenso geral que o distrito de Bela Vista teve como seu primeiro sub-prefeito o Sr. José Lima, que teria tomado posse na data da instalação do mesmo. Grande progresso veio a ter então vila de Miracema, nome escolhido por destacados habitantes locais, com a descoberta do garimpo da Piau (atual Pium), de 1941 em diante (PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRACEMA DO TOCANTINS, 2020, s/p).

No dia 1º de janeiro de 1949 ocorreu a solenidade de instalação do novo município, com muitas pessoas ilustres e delegações de cidades vizinhas presentes. "Foi um período de revezes políticos em que Miracema do Norte, [...] um pequeno espaço de tempo, passou por 4 administrações" consideráveis⁹ (PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRACEMA DO TOCANTINS, 2020, s/p).

⁸ A vila transformou-se em entreposto comercial dos garimpos. O progresso concorreu para que seus habitantes alimentassem a ideia da emancipação político-administrativa. Da ideia passaram à iniciativa e, após muito trabalho viram coroados de êxito os sacrifícios dedicados a causa. O distrito, de Xerente (nome dado pelo decreto-Lei nº 8.305 de 31/12/1943) foi desmembrado do município de Araguacema (ex-Santa Maria do Araguaia), pela Lei Estadual nº120 de 25/08/1948 e que lhe restituiu o nome de "Miracema", com a terminação "do Norte" (PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRACEMA DO TOCANTINS, 2020, s/p).

⁹Os 4 mandatos foram: Nereu Gonzales Vasconcelos, Pedro Santana e Pedro Franco Noleto que, na qualidade de presidente da câmara, assumiu a função de prefeito, por um dia, para finalmente transmitir o cargo ao primeiro prefeito constitucional, o Sr. Eurípedes Pereira Coelho, empossado em 27 de maio de 1949. Na gestão do Sr. Eurides Pereira Coelho ocorreu a criação do distrito de Monte Santo, tendo

No campo da educação superior, Miracema do Tocantins, seu nome vigente, aporta um dos *campi* da UFT em seu território, tendo nas suas origens ligação com a UNITINS. Atualmente o campus possui duas unidades: a Unidade Warã e a Unidade Cerrado. Situa-se no setor Universitário de Miracema a Unidade Warã e possui salas de aulas, prédio administrativo, biblioteca, laboratórios e auditório. Já a Unidade Cerrado encontra-se situada às margens da Rodovia TO-342, próximo à saída da cidade que vai em direção a Miranorte, ocupando uma área média de 27 hectares. O campus oferta quatro (04) cursos de graduação: Serviço Social, Psicologia, Educação Física e Pedagogia. Além de cursos de pós-graduação, sendo um (01) em nível de Especialização em Serviço Social e Política Social e um (01) em nível de Mestrado Acadêmico em Serviço Social (UFT, 2020, s/p).

A história da UFT tem como marco a sua instituição em 23 de outubro de 2000 pela Lei nº 10.032, a partir da transferência dos cursos e da infraestrutura da UNITINS mantida pelo Estado do Tocantins (UFT, 2020, s/p). Porém, só veio a efetivar-se no ano de 2003.

Em 18 de abril de 2001 foi nomeada a primeira Comissão Especial de Implantação da Universidade Federal do Tocantins pelo então Ministro da Educação, Paulo Renato, por meio da Portaria de nº 717/2001. Esta comissão teve entre seus objetivos elaborar o Estatuto e um projeto de estruturação da nova universidade. Como presidente dessa comissão foi designado o professor doutor Eurípedes Vieira Falcão, ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFT, 2020, s/p).

Após a primeira comissão com a finalidade de implantar a UFT, uma nova fase iniciou-se sendo assinado o Decreto nº 4.279, de 21 de junho de 2002, que atribuía à "Universidade de Brasília (UnB) competências para tomar as providências necessárias à implantação da UFT" (UFT, 2020, s/p).

Em 17 de julho do mesmo ano foi firmado o Acordo de Cooperação nº 01/2002 entre a União, o Estado do Tocantins, a Unitins e a UFT, com interveniência da Universidade de Brasília, com o objetivo de viabilizar a implantação definitiva da Universidade Federal do Tocantins. Com essas ações, iniciou-se uma série de encaminhamentos jurídicos e burocráticos, além dos procedimentos estratégicos que estabeleciam funções e responsabilidades a cada um dos órgãos representados (UFT, 2020, s/p).

Depois de os professores empossados, realizou-se a primeira eleição dos diretores de campus da Universidade onde "já finalizado o prazo dos trabalhos da comissão comandada pela UnB, foi indicada uma nova comissão de implantação pelo ministro Cristovam Buarque" (UFT, 2020, s/p).

No ano de 2004, por meio da Portaria no 658, de 17 de março de 2004, o ministro da educação, Tarso Genro, homologou o Estatuto da Fundação, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), o que tornou possível a criação e instalação dos Órgãos Colegiados Superiores: o Conselho Universitário (Consuni) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) (UFT, 2020, s/p).

Com a instalação desses órgãos foram escolhidos o Reitor e Vice-reitor, e seguido pela homologação do Estatuto e convalidados os cursos de graduação e os atos legais até então originados pela UNITINS.

Por meio desse processo, a UFT incorporou todos os cursos de graduação e também o curso de Mestrado em Ciências do Ambiente, que já era ofertado pela Unitins, bem como, fez a absorção de mais de oito mil alunos, além de equipamentos e da estrutura física dos sete campus, incluindo prédios em construção (UFT, 2020, s/p).

Desde os seus primórdios, a UFT foi pioneira entre as universidades brasileiras de modo a ter primazia em estabelecer cotas para estudantes indígenas em seus processos seletivos. Desde 2004, ano do primeiro vestibular da instituição, esta medida já fora instituída. A UFT conta hoje com sete (07) *campi*, sendo estes: Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis.

O processo de criação e implantação da UFT representa uma grande conquista para o povo tocantinense e a Universidade não para de crescer, tendo passado de cerca de 8 mil alunos e 25 cursos de graduação, em 2003, para mais de 20 mil alunos, em 57 cursos de graduação e 30 programas de pós-graduação nos seus primeiros 13 anos de existência (UFT, 2020, s/p).

É característica marcante desta universidade, a forte presença de estudantes quilombolas, indígenas e de baixa renda, o que vem demandado mais investimentos na política de assistência estudantil, para garantia do acesso, permanência e êxito no processo de ensino-aprendizagem, sobretudo desses segmentos de estudantes. Tal fato vem requisitando a composição de assistentes sociais nas equipes multiprofissionais da universidade, atuando no planejamento operacionalização e avaliação da política de assistência estudantil.

Já o IFTO foi criado por intermédio da Lei nº 11.892 de 2008, durante o Governo Lula, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica com a transformação das antigas Escolas Agrotécnicas Federais e Escolas Técnicas Federais em Institutos Federais. A integração entre Escola Técnica Federal de Palmas (ETF) e da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins (EAFA) foram fundamentais neste processo. A instituição possui ao todo oito campi e três campi avançados (IFTO, 2020, s/p).

Atualmente o IFTO possui vários campi que se distribuem da seguinte forma: Palmas (sede); Araguaína; Araguatins; Colinas do Tocantins; Dianópolis; Gurupi; Paraíso do Tocantins; Porto Nacional; Formoso do Araguaia; Lagoa da Confusão; Pedro Afonso. E, ainda por cima, possui vários pólos de educação à distância (EAD).

O IFTO é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi (reitoria, *campus*, *campus* avançado e pólos de educação a distância), especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas/andragógicas (IFTO, 2020, s/p).

A integração é algo sempre presente nesta instituição, aliando ensino, pesquisa e extensão voltados prioritariamente para as questões locais, e elevando o trabalho desenvolvido ali, além, é claro, de promover desenvolvimento educacional, científico e tecnológico ao Estado ¹⁰. Portanto, sua principal missão é “proporcionar desenvolvimento educacional, científico e tecnológico no Estado do Tocantins por meio da formação pessoal e qualificação profissional” (IFTO, 2020, s/p).

Por ter uma maior variedade de formações, desde a de nível médio técnico à cursos de pós-graduação, o IFTO tem também demandas para a política de assistência estudantil requisitando profissionais de Serviço Social para compor equipes de apoio estudantil.

A partir desse momento, apresentamos as questões mais relevantes apresentadas nas entrevistas realizadas com assistentes sociais dos seguintes municípios do Estado do Tocantins, Miracema do Tocantins (UFT), Palmas (IFTO), e que nos permitirá a compreensão das realidades de sua atuação. A pesquisa foi

¹⁰Com a oferta de cursos gratuitos nos ensino médio e superior, além de pós-graduações lato sensu, nas modalidades presencial e a distância, o IFTO atende todas as microrregiões do Tocantins. São mais de 60 cursos regulares ofertados, além dos cursos de qualificação profissional de curta duração ofertados por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e do Programa Mulheres Mil (IFTO, 2020, s/p).

desenvolvida com objetivo de analisar a atuação do assistente social na educação, e por isso, nos baseamos nas experiências profissionais no campo da política de assistência estudantil desenvolvida nesses espaços.

É inegável que as Universidades Federais, assim como os Institutos Federais, possuem uma significativa presença de estudantes oriundos de famílias de baixa renda e tal característica deve ser considerada nos processos pedagógicos, na assistência estudantil e na gestão das instituições a fim de criar estratégias coletivas que possam garantir a sua permanência. Sobretudo quando observamos um processo de interiorização dessas instituições no interior do estado em regiões com profundas desigualdades sociais e dificuldades no acesso à educação pública de qualidade.

A política educacional que defendemos é aquela com o intuito de minimizar as desigualdades sociais na educação, principalmente voltada para estudantes que ingressam nas universidades e institutos federais. Discentes vindos de escolas públicas, dentre eles: pretos, pardos, indígenas, pobres, homossexuais considerando que o espaço educacional é atravessado por desigualdades, violações e opressões de classe, gênero e “raça”, sobretudo, na sociedade brasileira que possui um desenvolvimento capitalista alicerçado no patriarcado e no racismo (CISNE; SANTOS, 2018).

A cidade de Miracema do Tocantins no âmbito da Prefeitura Municipal, assim como na maior parte dos municípios tocantinenses, não tem assistente social atuando na rede de ensino básico, todos os entrevistados (duas assistentes sociais) atuam na rede federal de ensino. Com o objetivo de se preservar a identidade das entrevistadas, nos referiremos a estas apenas por pseudônimo e estarão respectivamente relacionados da seguinte forma: “Assistente Social A” e “Assistente Social B” com vistas resguardar a identidade do profissional em questão, com base no Código de Ética profissional do Assistente Social.

Ao se realizar determinada pesquisa, compreende-se que esta como busca, numa tentativa de analisar-se e aproximar-se da realidade social do indivíduo com mais propriedade. Desta forma, partiremos da “análise de investigação do concreto, de dados reais, a fim de compreender as determinações e os fenômenos sociais”. (MINAYO, 2007, p. 24).

Apresentamos o quadro a seguir com as principais características do perfil das assistentes sociais entrevistadas:

Quadro 01: Caracterização do perfil das assistentes sociais

Assistente Social	A	B
Cidade	Interior	Capital
Estado civil	União estável	Casada
Sexo	Feminino	Feminino
Egressa	Sim	Sim
Raça/Etnia	Branca	Branca
Pós-graduação	Sim	Sim
Espaço de atuação	UFT	IFTO

Fonte: Dados da pesquisa realizada com os profissionais egressos do curso de S.S./UFT, 2019.

Sobre esse perfil, gostaríamos de destacar alguns aspectos que despertam-nos a atenção, entre eles: o perfil majoritário feminino; todas possuem cursos de pós-graduação em nível de especialização; e ambas serem egressas de cursos públicos, no caso delas da UFT. No que tange ao primeiro aspecto, ele revela o traço histórico do Serviço Social ser formada, em sua maioria, de mulheres, evidenciando que a profissão também deve ser analisada no âmbito da divisão sexual do trabalho (CISNE, 2012). O segundo aspecto revela a preocupação das profissionais com a formação profissional continuada e permanente com vistas à qualificação dos serviços prestados à população usuária como orienta o Código de Ética Profissional; e o terceiro aspecto demonstra que o curso de Serviço Social da UFT, dado a sua condição pública, vem contribuindo com as políticas públicas da região cumprindo a sua função social.

Sobre os desafios para o exercício profissional do Serviço Social inserido na educação apresentados a partir das entrevistas, destacamos a seguinte fala:

Na política de educação em si, acredito que o desafio maior seria conseguir fazer uma rede. Uma rede até com os próprios professores. Porque lá, no trabalho, nós lidamos com alunos do ensino médio, a forma de contato que nós temos com os professores é nos conselhos de classe [...] Que tem a cada 02 (dois) meses. É aí, quando os professores passam, às vezes, algumas demandas para nós. Mas nem sempre é possível participar destes conselhos de classe, porque se estivermos na seleção de auxílios, não possuímos tempo para nada, então, sentimos a falta de uma rede. Às vezes, está acontecendo um caso grave com um aluno, e nós ficamos sabendo somente após uns 06 (seis) meses, por exemplo. Porque o professor, que é o que tem o contato com este aluno primeiramente, poderia ter nos informado antes, e poderia ter repassado esta demanda antes, então, nós temos de romper isto [...] Pois perdemos muito tempo, uma vez que 06 (seis) meses nós ficamos só selecionando alunos para a assistência estudantil. Então, é muito tempo que nós perdemos, e enquanto estamos fazendo esta seleção, nós não conseguimos atender outras demandas. (ASSISTENTE SOCIAL B, 2019).

Percebe-se já de início, três desafios a serem superados ou problemáticas que necessitam de maior discussão, e assim, encaminhamento a soluções plausíveis e realmente produtivas que contribuam para um trabalho satisfatório. A primeira está relacionada ao trabalho em rede. É primordial neste contexto o fomento do uso da intersectorialidade, pois

[...] trata-se de mecanismos de gestão e integração de ações, saberes e esforços de diferentes setores da política pública, com o objetivo de construir objetos comuns de intervenção entre eles, para o enfrentamento mais articulado dos problemas sociais (BLOG PORTABILIS, 2020, p. 01).

Desse modo, é importante enfatizar que o trabalho em rede é um desafio que está presente não só na educação, mas em todas as áreas e espaços ocupacionais.

A articulação pode ser uma ação pontual ou uma rotina na intervenção dos técnicos. Considerando as demandas postas aos técnicos, entendemos que a articulação em rede pode ser uma possibilidade de ampliação no raio de ação. Por isso, entendemos como articulação uma série de atividades que possibilite essa movimentação, esse acordo ou contato que una as pessoas, como: encaminhamentos, reuniões mensais e outros tipos de reuniões, encontros, grupo de estudos, visitas institucionais, pesquisas, fóruns, planejamento conjunto e outras atividades decorrentes do trabalho profissional e que envolvem outras áreas e outras políticas (PRADA, 2015, p. 152-153).

Logo, o que se constata é que há deficiências graves no contexto da rede acima citada. Teoricamente, esta existe, porém não funciona a contento. E necessita, portanto, de intervenção urgente e responsável. A equipe de multiprofissionais ali envolvidas carece da produção de soluções práticas e efetivas que se concretizem numa intervenção de tempo mais curta, objetivando-se solucionar tais demandas num menor tempo possível, minimizando assim os prejuízos e necessidades dos estudantes. Desta feita, julgamos como possibilidade o uso das tecnologias (redes sociais, whatsapp, e-mail e outros), pois encurtaria a distância entre os profissionais e romperia a barreira da escassez de tempo, que todos nós estamos sujeitos na atual conjuntura que as responsabilidades cotidianas exigem de todos trabalhadores.

Como estas instituições onde foi realizada esta pesquisa são compostas por diversos profissionais imbuídos de suas respectivas responsabilidades, faz-se necessário um melhor aproveitamento do tempo e encontros (conselhos de classes) destinados a estes fins, e que, diga-se de passagem, são poucos. Pois,

[...] quando se trabalha de forma isolada, as informações sobre quais os serviços públicos utilizam e quais direitos podem estar sendo violados, se tornam inacessíveis, dificultando ações pensadas de uma forma macro e que possam trazer resultados mais expressivos (BLOG PORTABILIS, 2020, p. 02).

É preciso, desta forma, que a rede tenha a possibilidade de interagir e encaminhar as demandas aos setores responsáveis por determinadas peculiaridades, mas, que, no entanto, dependem de uma intervenção do profissional atuante de outra área (PRADA, 2015). É inviável atuar sem uma rede, pois, “a integração dos setores auxilia inclusive nas dificuldades enfrentadas pelos profissionais dessas políticas, visando à busca pela garantia dos direitos fundamentais de cada cidadão” (BOG PORTABILIS, 2020, p. 02). Podemos assim destacar que a atuação profissional do Serviço Social no fomento à intersetorialidade é de fundamental importância para garantia do atendimento integral dos usuários, no caso, dos estudantes.

Áreas, como Assistência Social, Educação e Saúde, possuem dados que se utilizados de maneira integrada, e com ações pensadas em conjunto, farão com que os diferentes setores que lidam com as vulnerabilidades e fragilidades multifacetadas – de natureza e aspectos diversos – dos núcleos familiares, encontrem saídas (BLOG PORTABILIS, 2020, p. 02).

Diante disso, é preocupante o número de profissionais do Serviço Social atuando nestas instituições, pois mostra-se insuficiente, uma vez que a quantidade de estudantes que dependem dos serviços destas instituições são consideravelmente elevados demais para o quadro atuais destes profissionais, ou seja, uma demanda muito alta para poucos profissionais, o que acaba gerando uma intensificação e sobrecarga de trabalho (ALVES *et al*, 2015), nos processos de seleção de auxílios, tendo como consequência a paralisação da intervenção em outras áreas e demandas dos usuários.

Sendo assim, é indispensável a contratação de mais assistentes sociais devido a demanda e a sobrecarga de trabalho no atendimento dos auxílios citada pelas entrevistas. -Aliviando-se a sobrecarga de trabalho dos assistentes sociais atuantes nestas instituições com a contratação de mais profissionais, direcionar-se-ia uns para determinadas demandas (por exemplo, com prioridade à análise socioeconômica) e os demais para outros fins como intervenções sócio-educativas como campanhas, debates, etc. (por exemplo, com prioridade ao atendimento aos estudantes) em suas mais variadas expressões da questão social.

A assistente social B também abordou a respeito dos conselhos de classe realizados na instituição. Ao mesmo tempo em que a entrevistada aponta como um desafio, uma vez que sua participação nos conselhos é pouca devido o atendimento na seleção dos auxílios tomar bastante tempo do profissional, também se torna uma possibilidade, pois os conselhos de classe é um espaço de extrema importância para a articulação da equipe, isto é, se configura como “[...] um espaço propiciador e fortalecedor do trabalho coletivo” (MIRANDA; SÁ, 2014, p. 48) bem como o fortalecimento de espaços democráticos de decisão no espaço educacional.

E por último, realizando-se este direcionamento prioritário de profissionais para o atendimento das expressões da questão social, buscar-se-ia meios de sua presença e cooperação junto aos demais profissionais da rede resultar em um maior número de demandas atendidas através da intersetorialidade no espaço da educação, sem abrir mão das atribuições privativas de cada profissão que compõe as equipes de assistência estudantil.

Outro desafio citado pelas profissionais é afirmar, dentro dos espaços ocupacionais apresentados, a importância do Serviço Social na educação. Esta inserção é extremamente relevante dado que é uma política pública onde estão também presentes várias expressões da questão social, objeto de intervenção da profissão. Além de ser um espaço para a garantia dos direitos junto à política de assistência estudantil bem como contribuição no processo formativo dos estudantes de forma mais ampla, ou seja, contribuir com debates sobre: democratização dos espaços deliberativos; combate às opressões, preconceitos e desigualdades/opressões de classe, gênero e “raça”.

Conforme orientações do CFESS (2011, p. 38) a atuação profissional do Serviço Social tem como horizonte a garantia do acesso à educação escolarizada, como direito social da população e dever do Estado. Em relação à atuação das assistentes sociais na garantia de direitos ligados à educação, as profissionais pontuam que:

O que leva bastante tempo do nosso dia-a-dia de trabalho é na política de Assistência Estudantil. Praticamente 06 (seis) meses do ano é atuando em seleção de alunos para bolsas e auxílios da Instituição. Então, a nossa garantia de direitos na área da Educação, é o acesso a política de assistência estudantil. Nos outros 06 (seis) meses, além do acompanhamento que temos que fazer destes estudantes – tanto social, frequência, de notas, para permanecer ou não no programa – também atuamos em algumas campanhas, por exemplo: prevenção do suicídio, realizamos a semana da

saúde – porque lá, no IFTO, o Serviço Social atua no setor de saúde – onde se tem médicos, dentistas, enfermeiros, técnicos de enfermagem. (ASSISTENTE SOCIAL B, 2019).

As atribuições aqui na UFT eu vejo que tem muito o que avançar, por que o Serviço Social ainda fica muito ligado aos editais, disponibilização de bolsas e auxílios, faz análise socioeconômica pra bolsa e parou ali (ASSISTENTE SOCIAL A, 2019).

Deste modo, reafirmamos novamente a necessidade de contratação de mais profissionais para dar conta de toda a demanda de auxílios, análises socioeconômicas, acompanhamentos e também do caráter político-pedagógico que o assistente social pode e deve desenvolver na instituição de ensino, junto aos estudantes, famílias, professores e equipe administrativo-pedagógica. Afinal seu campo de atuação na educação é vasto, podendo inserir-se para além da assistência estudantil, recursos humanos, extensão universitária e equipes de gestão e planejamento político-pedagógico.

Realmente, torna-se inviável a redução ou restringir a atuação do assistente social nestas instituições educativas com prioridade quase que restrita a análise socioeconômica para concessão de auxílios. A atuação deste profissional não somente nestes espaços, tende, também, a abarcar projetos político-pedagógicos, uma vez que promovem palestras de conscientização diversas, de informações relevantes de acordo com suas áreas de trabalhos e de promoção de conhecimentos que esclareçam a população acerca, inclusive, de seus direitos, que muitas vezes lhes são omitidos.

Nesse sentido, a “função pedagógica” do Assistente Social se localiza na elaboração e difusão de ideologias no processo de organização da cultura. A intervenção deste profissional compõe o cotidiano do embate entre as classes sociais através de espaços sócio ocupacionais no campo das políticas públicas e privadas, na formulação e gestão de recursos humanos, serviços sociais, e nos processos de luta e resistência das classes subalternas (MARTINS, 2013, p.03).

O trabalho em equipe representa um processo de relações a serem pensadas pelos próprios trabalhadores com múltiplas possibilidades de significados. Nesse sentido, destacamos a inserção no Serviço Social nas equipes multiprofissionais a partir do diálogo com várias áreas de conhecimento e intervenção, sem, contudo, abrir mão das atribuições privativas do assistente social definidas na Lei de regulamentação da profissão.

Assim, a “Assistente Social B” enfatiza sobre a importância de uma equipe de profissionais construída em rede e com conhecimentos técnico-especializados, visando gerenciar, debater e efetivar a política de assistência estudantil dentro das Universidades e Institutos Federais. E, conforme a explicita, o trabalho da equipe multiprofissional na instituição onde ela trabalha até existe, porém não a contento.

Existe, a gente tenta, mas não é fácil um trabalho multiprofissional. Mas possuímos toda uma equipe: médico, dentista, técnico em enfermagem, enfermeiro, psicólogo e nutricionista. Possuímos uma equipe razoavelmente boa. Porém, o trabalho em equipe em si, é complicado da gente conseguir fazer, porque às vezes falta um **Feedback** (dar resposta a uma determinado pedido), falta um retorno também, pois a gente encaminha para algum deles, os outros profissionais, e as vezes, eles não retornam. Tem alguns que retornam, tem alguns que a gente consegue fazer um acompanhamento junto, mas, com certeza, é um dos grandes desafios que há na Instituição, isto é, este trabalho em equipe. É preciso, é necessário, é um atendimento completo para o estudante, as ainda é urgente romper com muitas coisas para conseguir um melhor atendimento (ASSISTENTE SOCIAL B, 2019).

Como o ser humano como ser social é composto de especificidades e complexidades inerentes por natureza, se fará bem mais útil, se este experimentar um atendimento integralizado, isto é, com contribuições das mais diversas áreas do conhecimento possíveis e disponíveis como forma de entender estas complexidades e atender as demandas de suas particularidades como indivíduo social.

É importante que haja o atendimento integral dos usuários pela equipe multiprofissional para suprir as necessidades dos usuários, uma vez que essas necessidades não dizem respeito apenas aos provimentos dos bens materiais, mas também de um atendimento que contribua para a autonomia dos alunos, ou seja, uma integralidade tanto da equipe como das políticas públicas. Em outras palavras,

As políticas públicas não podem estar voltadas para o atendimento de necessidades meramente biológicas. O ser humano, seja ela quem for, é um ser social e, como tal, é dotado de dimensões emocionais, cognitivas e de capacidade de aprendizagem e desenvolvimento, que devem ser considerados pelas políticas públicas. Isso explica porque as políticas públicas, além de se preocuparem com a provisão de bens materiais (“dar o peixe”, como reza um provérbio chinês) têm de contribuir para a efetiva concretização do direito do ser humano à autonomia, à informação, à convivência familiar e comunitária saudável, ao desenvolvimento intelectual, às oportunidades de participação e ao usufruto do progresso (“ensinar a pescar”) (PEREIRA, 2008, p. 103 apud ALVES et al, 2015, p. 04).

A temática educação integral é motivo de várias discussões, uma vez que sua conceituação não obtém uma unanimidade, pois, também diverge devido ao contexto

em que se analisa tal questão. Contudo, queremos salientar o caráter de concepções e práticas complementares que fazem parte da natureza deste processo.

Se as reflexões se centrarem nos espaços em que a educação integral foi construída e/ou vem acontecendo, verificamos que, nesse sentido, também há abordagens que a identificam com as instituições formais de ensino, bem como as que, contemporaneamente, discutem a necessidade de a educação integral acontecer para além da escola (BRANCO; COELHO; MARQUES, 2014, p.357).

Depois, temos a “Assistente Social B” que expõe quais são as dificuldades enfrentadas para o assistente social atuar efetivamente na garantia de direitos ligados à educação, visto que, nem tudo depende deste profissional em ação.

[...] Praticamente 06 (seis) meses do ano é atuando em seleção de alunos para bolsas e auxílios da Instituição. Então, a nossa garantia de direitos na área da Educação é o acesso a política de assistência estudantil. Nos outros 06 (seis) meses, além do acompanhamento que temos que fazer destes estudantes – tanto social, frequência, de notas, para permanecer ou não no programa – também atuamos em algumas campanhas, por exemplo: prevenção do suicídio, realizamos a semana da saúde – porque lá, no IFTO, o Serviço Social atua no setor de saúde – onde se tem médicos, dentistas, enfermeiros, técnicos de enfermagem. E sem se falar nas demandas cotidianas que possuímos. Pois todos os dias chegam diversos alunos, com as mais diversas demandas, em situação de violência, de tentativa de suicídio, de problemas familiares. Enfim, nós temos que fazer este acompanhamento em relação a estes estudantes e encaminhar para a rede, quando é o caso. Ou tentar atendimento na própria instituição, pois possuímos psicólogos, médicos. (ASSISTENTE SOCIAL B, 2019).

Quando falamos sobre a expansão das margens de autonomia é imprescindível a força coletiva da categoria visando-se construir um perfil profissional do assistente social ante a demanda do mercado de trabalho em voga. Definir valores que a orientem, no campo teórico-metodológico se empenhar pelas competências e também de operação, sem nos esquecermos das prerrogativas legais essenciais e que sem estas ficam impossibilitadas a sua implementação. Tudo isto servirá para materialização de um projeto profissional em conjunto com as forças coletivas da sociedade que lutam pela democratização de nosso país. A luta contra a alienação do trabalho assalariado se dá através desta prática político-profissional, que proporciona ao assistente social mesmo com relativa autonomia em sua atuação.

[...] o assistente social tem como base social de sustentação de sua relativa autonomia – e com ela a possibilidade de redirecionar o seu trabalho para rumos sociais distintos daqueles esperados pelos seus empregadores – o

próprio caráter contraditório das relações sociais. [...] As necessidades e as aspirações dos segmentos subalternos, a quem o trabalho do assistente social se dirige predominantemente, podem potencializar e legitimar os rumos impressos ao mesmo, na contramão das definições “oficiais”. Na defesa de sua relativa autonomia, no âmbito dos espaços ocupacionais, esse profissional conta, a seu favor, com sua qualificação acadêmico-profissional especializada, com a regulamentação de 15 funções privativas e competências e com a articulação com outros agentes institucionais que participam do mesmo trabalho cooperativo, além das forças políticas das organizações dos trabalhadores que aí incidem. (IAMAMOTO, 2009, p. 14-15).

Contudo, o assistente social também é atingido pelas mudanças/alterações no mercado de trabalho, sendo fortemente atingido com a redução de postos de trabalhos em instituições governamentais (federal e estadual), que tendem a transferir seu campo de atuação para os municípios – devido descentralização e municipalização dos mais variados serviços públicos. Aumentam significativamente a empregabilidade individual dos assistentes sociais através de subcontratações, como mão de obra precarizada e de maneira temporária, que somente contribuem de maneira negativa para as problemáticas da atuação deste profissional como, por exemplo, processos de terceirização, contratação via licitações, etc. (RAICHELIS, 2009).

Dentro desse contexto no que tange a questão social, diversas são as suas expressões, bem como a vulnerabilidade social tão alarmante, a evasão estudantil, situação econômica, drogas, desemprego, violação de direitos, habitação, saúde, saneamento básico e também violência doméstica. Estes são os principais encontrados neste contexto – educacional – contudo, podem ser identificados ainda muitos outros que aqui não estejam relacionados.

De acordo com Iamamoto (2015) a consolidação do Projeto ético-político profissional que vem sendo construído requer remar na contracorrente, andar no contra vento, alinhando forças que impulsionem mudanças na rota dos ventos e das marés na vida em sociedade. Nesse sentido, o espaço da educação é permeado por contradições, ou em outras palavras, de luta de classes, é nesse terreno que se localiza o trabalho do assistente social.

Teimamos em reconhecer a liberdade com o valor ético central, o que implica desenvolver o trabalho profissional para reconhecer a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais, reforçando princípios e práticas democráticas. Aquele reconhecimento desdobra-se na defesa intransigente dos direitos humanos, o que tem como contrapartida a recusa do arbítrio e de todos os tipos de autoritarismos (IAMAMOTO, 2015, p. 141).

Lembramos que o Projeto profissional é composto pelas seguintes dimensões: jurídico-normativa (expressa no Código de Ética e Lei de regulamentação da profissão); político-organizativa (evidenciada nas entidades da categoria e movimento estudantil); e acadêmica (compreendida na produção de conhecimentos da área pautada na perspectiva crítica) (RAMOS, 2009).

Quando a pergunta recai sobre a possibilidade do Projeto ético-político do Serviço Social ao se trabalhar na política de educação, as profissionais destacaram:

[...] Possuímos uma sala grande e também temos uma sala menor para atendimento individual, dentro desta outra maior. É claro, que nesta sala de atendimento individual, às vezes, é possível escutar a conversa interna por quem estiver pelo lado de fora, para isto, nós temos certos cuidados. Mas, nós temos espaço próprio, foi uma luta que muito se envolveram e conseguiram, e já tem uns 02(dois) anos que o Serviço Social está usufruindo destas salas. E, sobre o projeto ético-político, também achamos que a educação é excelente para efetivação deste projeto, principalmente, no tocante ao princípio da emancipação, porque além de você estar atendendo pessoas que estão em fase de desenvolvimento, inclusive intelectual, você consegue trabalhar este princípio da emancipação com aquela pessoa. [...] É claro que os auxílios da Assistência Estudantil ajudou muito, porque garante a permanência do aluno, ali na instituição (ASSISTENTE SOCIAL B, 2019). Tem a minha sala, a sala da Psicóloga e a sala do pedagogo, esse espaço privativo tem agora o projeto político, eu não o vejo como algo que se materialize de fato é mais um direcionamento, um norte pra seguir, uma orientação ética que você vai seguir, nesse sentido tem sim, por que cada vez que eu atendo um estudante que eu sigo os princípios do código certinho que eu faço o encaminhamento eu acho to, não concretizando, mas fazendo um direcionamento político da profissão (ASSISTENTE SOCIAL A, 2019).

Nas falas anteriores foi perceptível as possibilidades do trabalho profissional na educação, bem como a importância da garantia das condições éticas e técnicas de trabalho do assistente social como a garantia do sigilo profissional preconizado pelo Código de Ética Profissional de 1993, mesmo em um cenário adverso de precarização do mundo do trabalho.

É possível, conseguimos defender o Código de Ética. Claro, tem toda autonomia relativa, como em todas as instituições, querendo ou não, sempre tem um superior, mas conseguimos defender nossas bandeiras, conseguimos impor nossos princípios e defender nosso código de ética, nosso projeto ético-político. Não é fácil, pois é um pouco desgastante, porque você lida com outras categorias profissionais e eles pensam diferentes, mas a gente ainda tem muita autonomia em relação à assistência estudantil, que não é privativo. Lá fazemos, a análises sócio-econômica quem faz é somente o Assistente Social, então a gente consegue ter muita autonomia, inclusive há muitas brigas por conta disso também, mas a gente consegue (ASSISTENTE SOCIAL B, 2019).

Destacamos, a partir do CFESS (2019), que a questão social apresenta-se como objeto de intervenção profissional e pressupõe compreender como as expressões da questão social se expressam no cotidiano profissional, em particular, no espaço escolar ou universitário. Tal fato impõe necessariamente desafios, mas também possibilidades de intervenção profissional:

Assim poderemos não ser apenas identificados /as como “executores/as terminais” das políticas públicas ou “solucionadores/as” das expressões da questão social, como em experiências de assistentes na educação, particularmente nas escolas, com responsabilidade atribuída para “soluções” da evasão escolar, inúmeras expressões da violência, discriminação etc, muito embora esses fenômenos sejam objeto da atuação profissional cotidiana e que exigem a análise crítica das raízes que os conformam (CFESS, 2019, p.28).

Quando questionamos sobre as expressões da questão social no espaço educacional, as profissionais entrevistadas identificam múltiplas expressões que impactam direta ou indiretamente na garantia do acesso, permanência e êxito no processo formativo dos estudantes:

A gente lida muito com a questão pobreza, por conta dos auxílios. Os nossos atendimentos maiores são alunos que solicitam e são alunos de baixa renda. Então, se vê muito a questão pobreza lá, no entanto, não irei dizer que não atendemos violência doméstica, Bullying na escola. Lá aparece todas as expressões da questão social que você possa imaginar, não é diferente de outro campo de atuação. A única diferença é que o nosso público alvo são os estudantes, mas a gente tem diversificada demanda. A gente até encaminha, por exemplo, questão de moradia, de falta de habitação, a gente encaminha sempre à Secretaria de Educação. A gente tem aluno lá que não tem uma mesa para estudar em casa, outros demoram até 3 horas para chegar à instituição de ensino, então, nós temos que intervir para amenizar um pouco estas questões (ASSISTENTE SOCIAL A, 2019).

A prática efetiva do assistente social atuando em ambiente escolar ou universitário visa projetar novos entendimentos com relação às mudanças que as famílias e demais instituições sociais estão sujeitas, também sobre o significado e papel desta na sociedade e a conceituação funcional da escola ou universidade com respeito as mais diversas temáticas (por exemplo: culturais, sociais, políticas, econômicas).

Desta feita, sua presença é indispensável e extremamente relevante, uma vez que, a articulação realizada por meio de sua intervenção proporciona o atendimento de demandas específicas de sua responsabilidade, que não podem ser outorgadas a

instituição em questão e que, provavelmente e legalmente, não serão concretizadas sem a sua presença. O assistente social poderá ainda ser agente de mudança, soluções e de contribuição a partir do seu trabalho em rede, uma vez que sua percepção e campo teórico se bem utilizado abrirá a possibilidade de ofertar elementos que objetivem a solidariedade profissional ante as demandas educativas sem soluções e que estejam a seu alcance no campo do Serviço Social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desse trabalho apresentamos reflexões sobre o significado e o contexto histórico da educação no Brasil e as suas tendências na contemporaneidade no cenário de lutas de classes. Enfocamos nossa análise na particularidade do Tocantins, com destaque para as experiências profissionais desenvolvidas na UFT e no IFTO. Realizamos um esforço de aproximação dessa discussão do Serviço Social inserido na educação que se torna, na atualidade, de fundamental importância para que prossigamos na luta por uma educação pública, de qualidade e com investimentos significativos, que fortaleçam as oportunidades de acesso e a permanência dos estudantes de baixa renda às universidades públicas e institutos federais de educação.

Desse modo, apresentamos algumas inquietações consistentes sobre a atuação do assistente social na educação, sobretudo, os desafios e as possibilidades do exercício profissional frente a esta política pública, deixando evidente, nosso posicionamento de luta e resistência diante do conjunto das desigualdades sociais da sociabilidade capitalista e que se expressam no espaço educacional.

Realizamos uma discussão sobre os parâmetros do exercício profissional na educação e sua relação com a questão social e os avanços coletivos do Serviço Social com a construção do seu projeto profissional baseado na teoria social crítica na contramão da avalanche do neoliberalismo na realidade brasileira com impacto no campo dos direitos sociais. É nítido que os limites e retrocessos no campo destas políticas públicas são reais. Com isso, cabe a todos, estudantes, profissionais e sociedade organizada denunciar e resistir diante dos retrocessos sociais, sobretudo a partir de 2016 com o processo de aprofundamento do pensamento conservador e autoritário.

Conclui-se que, foram expostos os resultados desta pesquisa, e as respostas obtidas das assistentes sociais, servem de análise para estudo aprofundado buscando ampliar os debates coletivos e a produção de conhecimento sobre esse tema no Tocantins. Salientamos a importância da participação dos assistentes sociais na efetivação destas ações, por ser o profissional que possui um papel particular no sentido da efetivação e materialização das políticas públicas e sociais.

Dessa forma, acreditamos que em linhas gerais, as questões norteadoras e objetivas delimitados inicialmente foram respondidas e atendidas de forma geral, ao

mesmo tempo, temos a compreensão de que os elementos apresentados não são suficientes para dar conta da complexidade do exercício profissional e realidade social, sendo apenas um esforço teórico e aproximativo de refletir sobre esse tema a partir de experiências no Tocantins.

Tivemos como desafio e dificuldade no processo de desenvolvimento da pesquisa, a ampliação da nossa pesquisa de campo com a realização de novas e mais entrevistas, porém não obtivemos retorno de grande parte das instituições contactadas. Além disso, não conseguimos aprofundar várias outras questões que se apresentaram na coleta das entrevistas no processo de análise nos delimitamos aos objetivos propostos, mas com o compromisso de aprofundar as demais questões em estudos posteriores.

Portanto, assim como outros espaços ocupacionais, o campo da educação é um espaço legítimo de atuação profissional, por dois elementos centrais: de um lado, pela existência de demandas concretas postas pelas múltiplas expressões da questão social na educação, como, por outro lado, pelas possibilidades de intervenção profissional, não apenas na assistência estudantil. É, logo, nosso compromisso a defesa intransigente dos direitos humanos, duma sociedade sem desigualdades, sem preconceitos/discriminação, e, portanto, uma realidade social mais justa e humanitária. Cito alguns princípios do nosso Código de ética:

I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero (CFESS, 1993, p. 23-24).

É indiscutível a contradição a que o profissional do Serviço Social encontra-se submetido, por um lado muitos limites lhe são impostos, e por outro as possibilidades normalmente reduzidas, contudo, é indispensável que este esteja sempre a capacitar-se, integrado em movimentos sociais e de sua própria categoria, analisando a realidade, embasando-se teoricamente, objetivando seu crescimento e fortalecimento profissional, além do seu desenvolvimento profissional sempre pronto e qualificado a solucionar problemáticas, oferecendo respostas satisfatórias as demandas que se lhes apresentem.

A pesquisa aponta que um dos desafios do Serviço Social no ensino superior/técnico das instituições federais é a superação da prática restrita ao atendimento junto a seleção de bolsas e auxílios, na análise socioeconômica, uma vez essa demanda é bem ampla e leva bastante tempo para ser concluída. As assistentes sociais relatam como possibilidade a necessidade de realizarem outras intervenções e a importância do trabalho em rede, pois são diversas as expressões da questão social que perpassam no campo educacional, ressaltando a importância do atendimento integral das necessidades dos usuários

Portanto, nesta pesquisa vimos à contribuição que o assistente social proporciona ao campo educativo, sendo um divisor de águas na relação família, estudante, escola e que se demonstrarão em seus resultados. Espera-se que este trabalho possibilite abertura ao diálogo e/ou debate acerca da relevância do tema, bem como sobre a atuação responsável que ajudará as famílias e demais instituições sociais em suas adversidades bem como contribuirá na garantia e defesa do acesso e permanência na educação pública de qualidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Texeira de; PEREIRA, Larissa Dahmer; (orgs.) **Serviço social e educação**. Rio de Janeiro :Lumen Juris, 2012.

ALVES, Érica Nascimento et al. Condições de trabalho do assistente social e as implicações sobre o direcionamento das políticas públicas no município de Parintins-AM. **VII Jornada Internacional de Políticas Públicas**, São Luís, Maranhão, 2015. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo2/condicoes-de-trabalho-do-assistente-social-e-as-implicacoes-sobre-o-direcionamento-das-politicas-publicas-no-municipio-de-parintins-am-.pdf>> Acesso em: 21 mai. 2020.

AMARO, Sarita. **Serviço Social em escolas**: fundamentos, processos e desafios. Petrópolis (RJ): Vozes, 2017.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho**: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: UNICAMP, 2000.

BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena. CFESS (org). **Código de Ética do Assistente Social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

BLOG PORTABILIS. Intersetorialidade e seus benefícios na gestão das políticas socioassistenciais. 2020. Disponível em: <<https://blog.portabilis.com.br/intersetorialidade-das-politicas-sociassistenciais/>>. Acesso em: 18 mai. 2020.

BOOTH, Adam. **Tecnologia, inovação, crescimento e capitalismo**. Esquerda marxista, 2013. Disponível em: <http://www.marxist.com/tecnologia-inovacao-crescimento-e-capitalismo.htm>. Acesso em: 01 set. 2019.

BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti. **Política Social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2011.

BRANCO, Verônica; COELHO, Lígia Martha Coimbra da Costa; MARQUES, Luciana Pacheco. Políticas públicas municipais de educação integral e(m) tempo ampliado: quando a escola faz a diferença. **Ensaio: avaliação de políticas públicas**. Rio de Janeiro, v. 22, n. 83, p. 355-378, abr./jun. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ensaio/v22n83/a05v22n83.pdf>> Acesso em: 17 mai. 2020.

BRASIL. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 25 Set. 2018.

CARVALHO, Raul; IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

CASTRO, Manoel Manrique. **Historia do Serviço Social na America latina**. São Paulo: Cortez, 2011.

CFESS. **Subsídios para atuação do assistente social na política de educação**. Conselho Federal de Serviço Social, 2010. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf>. Acesso em: 28 set. 2018.

CFP. **Aprovado na Câmara o PL sobre serviços de Psicologia na educação básica**. Conselho Federal de psicologia. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/aprovado-na-camara-o-pl-sobre-servicos-de-psicologia-na-educacao-basica/>>. > Acesso em: 11 dez. 2019.

CISNE, Mirla. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. São Paulo: Outras expressões, 2012.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

DAVID, Célia Maria; GAZOTTO, Mireille Alves. Políticas Públicas Educacionais: uma aproximação preliminar para discutir a política nacional de assistência estudantil da Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM. In: **Serviço Social na educação: teoria e prática**. Campinas, SP: Papel Social, 2014.

ECCO, Idanir; NOGARO, Arnaldo. **A educação em Paulo Freire como processo de humanização**. EDUCERE. XII Congresso Nacional de Educação. Paraná, 2015. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/18184_7792.pdf>. Acesso em: 29 set. 2018.

FARIAS, Isabel Maria Sabino de; VIEIRA, Sofia. **Política educacional no Brasil: introdução histórica**. Brasília: Líber Livro editora, 2007.

FREITAS, Marcos Cezar. **História Social da educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo: Cortez, 2009.

GADOTTI, Moacir. Educação popular, educação social, educação comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. **Revista Dialogos**. Brasília, v. 18, n. 1, dez., 2012. P. 10-32. Disponível em: <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDL/article/view/3909/2386>>. Acesso em: 25 set. 2018.

GALVÃO, Roberto Carlos Simões; PINTO, Aparecida Marcianinha. **Educação e luta de classes**. Universidade Estadual de Maringá, 2015. Disponível: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada6/resumos/620.htm. Acesso em: 01 set. 2020.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <<file:///C:/Users/Taty/Desktop/tcc%20I/METODOLOGIA%20CIENTIFICA/Metodos%20de%20pesquisa%20Antonio%20Carlos%20Gil.pdf>> Acesso em: 17 abr. 2020.

GONCALVES, Mauricio Carvalhaes. A ideologia da educação como mercadoria na ditadura militar. Brasil Escola, s.d.; Disponível em: <<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/a-ideologia-educacao-como-mercadoria-na-ditadura-militar.htm>> Acesso em: 21 set. 2019

GHIRALDELLI, Júnior Paulo. **História da educação brasileira**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **História da educação brasileira**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela, **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: Ensaios críticos**. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade**. 26 ed. São Paulo, Cortez: 2015.

_____. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. 2009. Disponível em:

<https://www.unifesp.br/campus/san7/images/servico-social/Texto_introdutorio_Marilda_Iamamoto.pdf> Acesso em: 18 mai. 2020.

IBGE. População estimada. 2010. Disponível em:
<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/palmas/panorama>> Acesso em: 17 abr. 2020.

MAGALHÃES, João Paulo de Almeida. Estratégias de modelo de desenvolvimento. In: MAGALHÃES, João Paulo de Almeida (org.) et al. **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. Educação e Serviço Social: elo para a construção da cidadania [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2012. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 02 de mar. 2020.

MARTINS, Fillipe Perantoni. Serviço Social e perfis pedagógicos: elementos para uma análise crítica. **III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais**. Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <<https://www.cressmg.org.br/arquivos/simposio/SERVI%C3%87O%20SOCIAL%20E%20PERFIS%20PEDAG%C3%93GICOS%20ELEMENTOS%20PARA%20UMA%20AN%C3%81LISE%20CR%C3%8DTICA.pdf>> Acesso em: 18 mai. 2020.

MENDES, Deiseleny Lopes; AGUIAR, Marcília Silva; FONSECA, Vera Lúcia Mergenerda. **A inserção do Serviço Social na Educação: possibilidades e desafios**. III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais. Belo Horizonte, 2013. Disponível em:
<<https://www.cressmg.org.br/arquivos/simposio/A%20INSER%C3%87%C3%83O%20DO%20SERVI%C3%87O%20SOCIAL%20%20NA%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20POSSIBILIDADES%20E%20DESAFIOS.pdf>> Acesso em: 07 ago. 2019.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al (org). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**, Petrópolis, RJ: Editora vozes, 1994. Disponível em:
<<file:///C:/Users/Taty/Desktop/tcc%20I/METODOLOGIA%20CIENTIFICA/pesquisa-social.pdf>> Acesso em: 17 abr. 2020.

PRADA, Talita. **O Trabalho em Rede na Intervenção das Assistentes Sociais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória: UFES, 2015. Disponível em <<http://repositorio.ufes.br/handle/10/2613>> Acesso em: 17 mar. 2020.

PORTAL TOCANTINS. Perfil Socioeconômico. Disponível em:
<<https://portal.to.gov.br/invista-no-tocantins/perfil-socioeconomico/>> Acesso em: 17 abr. 2020.

PORTILHO, RaphaelaMagnino Rosa; SOUSA, Ricardo José Leite de. **A TECNOLOGIA, O CAPITALISMO E AS NOVAS MORFOLOGIAS DO TRABALHO EM PERSPECTIVA**. Publica direito, 2019. Disponível em:
<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=4b86521fb429633d>. > Acesso em: 01set. 2019.

MIRANDA, Nonato Assis de. Conselho de classe e avaliação da aprendizagem: instrumentos de gestão democrática na escola pública. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, São Paulo, n. 16, p. 48-64, 2014. Disponível em:
<<https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9360/6211>> Acesso em: 21 mai. 2020.

PREFEITURA DE MIRACEMA. Disponível em:
<<https://www.miracema.to.gov.br/cidade/historia>> Acesso em: 7 abr. 2020.

RAICHELIS, Raquel. O trabalho do assistente social na esfera estatal. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. 2009. Disponível em:
<https://www.unifesp.br/campus/san7/images/servico-social/Texto_Raquel_Raichelis.pdf> Acesso em: 18 mai. 2020.

RAMOS, SâmyaRodrigues. Limites e Possibilidades Históricas do Projeto Ético-Político. **Inscrita**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 41-48, 2009.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira**: a organização escolar. 12 ed. São Paulo: Cortez, 1992. (Coleção educação contemporânea).

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão. **Paideia**, FFCLRP-USP, Ribeirão Preto, v. 4, p. 15-30, fev./jul. 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1993000100003>. Acesso em: 20 set. 2019.

RIBEIRO, Rosangela da Silva; **O direito ao atendimento pelo serviço social na educação infantil**: um espaço de atuação. Monografia (Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural). Brasília, 2015. Disponível em
<http://bdm.unb.br/bitstream/10483/14631/1/2015_RosangeladaSilvaRibeiro_tcc.pdf>. Acesso em: 28 set. 2018.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do regime militar. **Cad. CEDES [online]**. Campinas, vol.28, n.76, p.291-312, 2008. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S0101-32622008000300002>> Acesso em: 07 mar. 2017.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. São Paulo: Cortez, 2011

IFTO. Disponível em: <<http://www.ifto.edu.br/ifto>> Acesso em: 7abr 2020.

UFT. Disponível em: <<https://ww2.uft.edu.br/index.php/acessoainformacao/institucional/historia>> Acesso em: 7abr 2020.

SOARES, Raí Vieira. **Transformações Contemporâneas E Educação Superior No Brasil: particularidades na formação profissional em serviço social do ifce**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza – Ceará, 2018.

GENTIL, Viviane Kanitz; LACERDA, Miriam Pires Correa de. Educação superior e sua expansão: ações e distorções de dois governos brasileiros. **Revista da Jornada da Pós-Graduação e Pesquisa-congrega**, 2017. Disponível em: <<http://revista.urcamp.tche.br/index.php/rcjpgp/article/view/574>> Acesso em: 17 mar. 2020.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (DEPARTAMENTO E/OU UNIDADE) TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos a Senhora (o), para participar da Pesquisa Serviço Social na educação: **Desafios e limites da ação do Assistente Social**, sob a responsabilidade do pesquisador Tatiana Medeiros Noletto, a qual pretende: o objetivo da pesquisa é Compreender a prática profissional do Assistente social na Educação.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de (inserir a forma de participação do participante da pesquisa explicando claramente em que consiste tal participação). Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento você não precisa realizá-lo.

Se você aceitar participar, estará contribuindo para esta pesquisa que tem por objetivo analisar, compreender e enumerar as características pertinentes da atuação profissional no âmbito educacional.

Em qualquer momento, se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você terá direito a indenização.

A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios. Se depois de consentir em sua participação a Senhora (o) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa.

A Senhora (o) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para obtenção de qualquer tipo de informação sobre os seus dados, esclarecimentos, ou críticas, em qualquer fase do estudo, a senhora (o) poderá entrar em contato com o pesquisador no endereço Avenida: Humberto Sardinha Número: 1847 Setor: Universitário Miracema TO. Ou pelo telefone (63) 984292508 Em caso de dúvidas quanto aos aspectos éticos da pesquisa a Senhora (o) poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa no endereço: UFT, Avenida Lourdes Solino, s/n, Setor Universitário/ CEP 77650-000, telefone (63) 336686-02

“Declaro estar ciente das informações constantes neste ‘Termo de Consentimento Livre e Esclarecido’, entendendo que serei resguardado pelo sigilo absoluto de meus dados pessoais e de minha participação na pesquisa; poderei retirar meu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo sem que isto me traga qualquer prejuízo poderei pedir, a qualquer tempo, esclarecimentos sobre esta pesquisa; que fui devidamente esclarecido sobre os objetivos da pesquisa acima mencionada de maneira clara e detalhada; recusar a dar informações que julgue prejudiciais a minha pessoa. Permito a gravação de minha entrevista, que será transcrita, lida e utilizada na referida pesquisa de forma integral ou em partes, sem restrições de prazos e citações, a partir da presente data. As informações são de responsabilidade do pesquisador. Abdico direitos autorais meus e de meus descendentes, subscrevendo o presente termo”.

Eu, _____,
fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha

colaboração e entendi a explicação, por isso eu concordo em participar do projeto, sabendo que não receberei nenhum tipo de compensação financeira pela minha participação neste estudo e que posso sair quando quiser. Também sei que caso existam gastos adicionais, estes serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Reclamações e/ou insatisfações relacionadas à sua participação na pesquisa poderão ser comunicadas por escrito à Secretaria do CEP/UFT.

Data: ___/___/_____

Assinatura do participante

Assinatura do coordenador do projeto

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Perfil geral - dados pessoais

Nome: _____

Idade: ____ Naturalidade:

Escolaridade:

Religião:

Pertença étnico-racial (autodeclaração):

Situação Conjugal:

Endereço:

Telefone:

Atuação Profissional, Projeto Ético Político e condições de trabalho

1-Como a/o Assistente Social faz para atuar na garantia de direitos ligados à educação?

2-Quais são os maiores desafios para a/o assistente social na política de educação?

3-Existe trabalho em equipe multiprofissional nesta Instituição? Fale mais sobre esse assunto.

4-Do seu ponto de vista, é possível concretizar o Projeto Ético Político do Serviço Social ao se trabalhar na política de educação? Explique.

Você tem um espaço privativo para atendimento?

5-É possível zelar pelo Código de Ética profissional no seu fazer profissional e nesta Instituição?

6-O Serviço Social possui algum projeto para atuar junto aos estudantes?

7-Como é a relação escola-família? Qual o papel da/o assistente social nesta relação?

8-Existe uma interlocução da escola com a rede sócio assistencial oferecida no município? (Exemplo, interlocução com CRAS, CREAS, CAPS, Defensoria pública, Delegacias, etc.).

Identidade

10-O que a Instituição espera do seu trabalho? E os usuários, o que esperam do seu trabalho?

11-Como você acha que seu trabalho é visto pelos usuários das políticas públicas?

12-O que as outras pessoas acham do seu trabalho? (Amigos, parentes, colegas).

13-Você considera que seu trabalho é valorizado socialmente e financeiramente?

14-Você se sente satisfeita/o profissionalmente?

15-Se pudesse escolher outra profissão, mudaria?

16-Já se arrependeu dessa profissão? (Se a resposta for positiva explore mais) Você gostaria que seus filhos seguissem essa profissão?

Programa de Assistência Estudantil e Questão Social

17-Existe um Programa de Assistência Estudantil nesta Instituição? Se sim, fale o sobre o mesmo. Quais benefícios e auxílios são ofertados?

18-Qual benefício/auxílio é mais requerido pelos/as estudantes?

19-Quais as expressões da questão social você verifica no cotidiano escolar?

- 20-Quais demandas os/as estudantes apresentam para o Serviço Social?
- 21-Existe um perfil socioeconômico dos/as estudantes desta Instituição?
- 22-O Programa de Assistência Estudantil nesta Instituição é suficiente para suprir a demanda?
- 23-Na sua opinião, este programa pode ser melhorado? Se sim, em quais aspectos?
- 24-Como é feita a seleção de estudantes para receberem benefício/auxílio?
- 25-Quais os critérios de seleção/exclusão são utilizados?
Você concorda/discorda com tais critérios? Explique.
- 26-E qual o papel da/o assistente social neste processo seleção de estudantes para receberem benefício/auxílio?
- 27--Há muita evasão escolar nesta Instituição? Quais são os motivos?